

15/07/2019 - 05:00

Estados irão compartilhar dados de contribuintes a partir de 2020

Por Joice Bacele

As Fazendas estaduais poderão compartilhar informações de contribuintes a partir de 1º de janeiro. A medida consta no Ajuste Sinief nº 8, publicado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), e deverá facilitar os processos de fiscalização, segundo advogados.

Essa troca de dados vai ocorrer no ambiente do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) - que congrega todas as obrigações acessórias das empresas. Pela norma, o Estado interessado em saber sobre as operações do contribuinte deverá apresentar requerimento com o motivo e período de apuração desejado, e o Estado de origem terá prazo de dez dias para enviar a resposta.

Trata-se de uma ampliação do atual formato. Hoje, os dados que constam na Escrituração Fiscal Digital (EFD) ficam restritos ao Estado de origem do contribuinte. Os de fora, que são os destinos das vendas, por exemplo, têm acesso basicamente às notas fiscais que são emitidas.

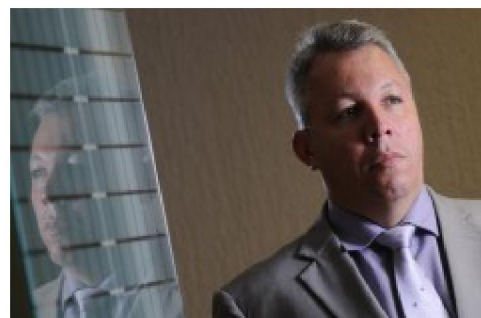
E não é possível, só com a nota, saber se o imposto foi efetivamente pago ou se o percentual destacado era aquele mesmo - se tiver algum tipo de benefício, por exemplo, a empresa, no momento da apuração, repassará um valor menor ao seu Estado do que o registrado no documento.

"Se não existe um convênio, a alternativa, quando há suspeita de irregularidade, é pedir os documentos para o próprio contribuinte", diz Leo Lopes, sócio do FAS Advogados. "Não é que o Fisco fique de mãos atadas e não consiga cobrar valor nenhum. Mas se não tiver a informação completa, vai partir de presunções e gerar autos de infração em valores, por vezes, exorbitantes", acrescenta.

A possibilidade de as Fazendas Públicas da União, dos Estados e dos municípios compartilharem informações está prevista no Código Tributário Nacional (CTN). Consta no artigo 199. Mas desde que estabelecida, em caráter geral e específico, por meio de lei ou convênio.

O Confaz tratou pela primeira vez desse assunto quando publicou o Convênio ICMS de nº 190, em 2017, que ficou conhecido como o "convênio da guerra fiscal", por prever a divulgação de benefícios fiscais concedidos às empresas pelos Estados. Na cláusula 14 consta que "as unidades federadas concordaram em permitir, mutuamente, o acesso irrestrito às informações" e diz que os termos serão previstos em um Ajuste Sinief.

Publicado na semana passada, o Ajuste Sinief nº 8 define a data em que o compartilhamento começará a ser feito e estabelece os critérios que deverão ser seguidos pelos Estados. "Existe um ritual para ter o acesso. Não será automático e os Estados também não vão poder pedir informações de vários contribuintes ao mesmo tempo. Deverá ser feito um requerimento para cada contribuinte", comenta o advogado Douglas Mota, do escritório Demarest Advogados.



Consultor Douglas Campanini: medida vai facilitar a checagem de informações e, conseqüentemente, a cobrança de tributos pelos Estados

Mas é fato que vai facilitar a checagem de informações e, conseqüentemente, a cobrança de tributos, enfatiza o consultor Douglas Campanini, da Athros Consultoria e Auditoria. "Porque se houver indícios de que uma empresa de outro Estado não existe ou que está simulando operações com o Estado de destino das mercadorias, esse Estado, com o acesso aos dados, vai conseguir a prova do que está acontecendo", afirma.

Os Estados vão poder se certificar, ainda, se operações que geram créditos são reais ou fictícias e se a repartição de alíquotas, no caso das vendas interestaduais que têm como destino o consumidor final, estão sendo feitas da forma correta, exemplifica Douglas Mota, do escritório Demarest.

Ele entende também que, com a troca de informações entre os Estados, poderá haver um controle maior aos casos mais específicos. O advogado cita como exemplo as operações interestaduais que envolvem petróleo e energia e não são tributáveis quando aquele que está comprando o produto for utilizá-lo para a revenda ou para industrializar. "O Estado pode querer ter acesso aos dados da unidade de destino para checar se aquele objeto está sendo cumprido", diz.

Há um movimento mundial de compartilhamento de dados fiscais - de país para país. E mesmo dentro do Brasil, alguns Estados já se utilizam de informações que são declaradas à Receita Federal para efetuar cobranças de tributos. O advogado Marcelo Bolognese, do escritório que leva o seu nome, cita o exemplo de São Paulo.

O Estado utiliza as declarações de Imposto de Renda da Pessoa Física que são transmitidas à Receita Federal para identificar lançamentos que possam ser geradores de ITCMD, o imposto que incide sobre doações e heranças. "Isso vem acontecendo com base no artigo 199 do CTN", afirma. "E São Paulo tem autuado muitos contribuintes pela falta de pagamento do imposto", acrescenta.

Para Leo Lopes, do escritório FAS Advogados, é preciso ter cuidado, no entanto, com a forma como esses dados compartilhados serão utilizados pelas Fazendas estaduais. "Porque qualquer informação protegida pelo sigilo fiscal precisa ter um processo administrativo prévio regular", diz. "Se os dados forem utilizados para a cobrança de tributos ou lançamento de autos de infração será preciso demonstrar a regularidade do procedimento e também comprovar a base de dados que está sendo utilizada."

Georgina Maynard

REPORTAGEM

georgina.maynard@redabahia.com.br

Uso de energia solar cresce até 1.000% ao ano na zona rural

O mesmo sol que seca a terra, nunca gerou tanta energia na zona rural da Bahia como agora. Empresas que trabalham com a implantação já começam a se especializar em fazendas e chegam a registrar um crescimento de 1.000% ao ano.

É o caso da Iresol Energia Solar. De acordo com diretor da empresa Belarmino de Castro Dourado, no ano de implantação do negócio eram instalados de 2 a 4 kits. Atualmente são até 30 sistemas básicos de auto geração por semana.

“O setor agrícola está despertando para o sol, que é o grande parceiro do homem do campo. Em muitos casos a energia elétrica chega a representar até 30% do custo de produção. Com energia solar ele pode até zerar a conta”, destaca Belarmino.

A empresa fica em Irecê, onde o alto índice de radiação solar também tem incentivado a adesão ao sistema fotovoltaico na região de Irecê, área que chega a registrar cerca de 11 horas de sol intenso por dia, na maior parte do ano.

Um kit básico de energia solar, com seis painéis, tubulações, conexões e bomba de captação, custa atualmente cerca de 15 mil reais e tem vida útil de 25 anos. Esta é a estrutura básica suficiente para captar água de um poço artesiano.

“Este investimento permite retorno em até 2 anos, com a tarifa que se tem hoje. Depois de um estudo de viabilidade, se pode abater da conta entre 360 a 1.200 quilowatts. E se o agricultor troca pelo diesel, que é um combustível poluente, ainda beneficia o meio ambiente”, completa.

SUSTENTABILIDADE

Na Fazenda Lagoinha, no município de João Dourado, no centro norte da Bahia, são os 24 painéis solares que mantêm as três bombas de captação de água funcionando. O sistema permite a retirada de água do poço e o abastecimento dos reservatórios, usados para irrigar as plantações de cebola e milho.

O produtor rural Paulo Dourado implantou o sistema em 2017. De lá para cá, ele desliga a energia elétrica durante o dia e usa apenas o sistema solar. Com o sistema já deixou de gastar mais de 60 mil reais com a conta de luz. A economia chega a 60%.

“É um excelente investimento, o sistema se paga em dois anos. Antes a conta de



Fazenda no município de João Dourado, localizada há 448 quilômetros de Salvador, é uma das que utilizam energia solar

DIVULGAÇÃO

Fazendas solares

15 MIL**reais é o custo de um kit básico de energia solar****60%****foi a redução da conta de energia elétrica da Fazenda Lagoinha, em João Dourado (BA)****21,3 BI****de reais é o volume de investimento que o setor deve receber até 2022****1,2%****é a fatia que a energia solar ocupa na matriz energética brasileira**

energia elétrica chegava a cerca de 5 mil reais por mês, depois caiu para 2 mil reais. E nós já estamos pensando em expandir para outra área, para dar água ao gado”, afirma o agricultor. A energia excedente é transformada em créditos que podem ser usados em até 5 anos.

O sistema fotovoltaico

também foi implantado em cinco pequenas comunidades rurais entre os municípios de Umburanas e Sento Sé, no norte da Bahia, na região de Jacobina, onde o sistema não tem ligação com a rede elétrica e só é acionado durante duas horas por dia.

Os sete kits de painéis solares instalados nas comunidades permitem a captação de água do poço e abastecem os reservatórios. A água serve para manter produtivas as plantações orgânicas de hortaliças e frutas, cultivadas em formato de mandalas. Elas geram renda para cerca de cem famílias de agricultores familiares da região.

“É um sistema viável, sustentável e eficiente. A energia elétrica era muito cara para estas comunidades. Se não tivesse energia solar, elas teriam que parar de produzir e não poderiam manter o projeto de agricultura agroecológica integrada. A energia solar evita também um gargalo provocado pela baixa qualidade de energia convencional que era fornecida antes”, conta o engenheiro de alimentos Willmar Cristians Rodrigues, da Organização Mandala Desenvolvimento Sustentável, responsável técnica pela implanta-

ção dos projetos.

Os painéis têm 12 anos de garantia. Quando estiverem em pleno funcionamento, juntas, as comunidades de Roduleiro, Demanda, Federal, Barriguda da Brasília e Campo Largo terão capacidade para produzir, no mínimo, 20 toneladas de alimentos por mês. Nos últimos 6 meses já foram geradas 50 toneladas.

POTENCIAL

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) existem no Brasil cerca de 71.700 sistemas solares fotovoltaicos conectados à rede. Atualmente mais de 80 mil consumidores recebem créditos de energia elétrica via geração local, condominial, compartilhada ou através de autoconsumo remoto.

A energia solar já é a sétima matriz energética brasileira com 1,2% do mercado. A energia gerada por hidroelétricas representa 60,8% e a eólica tem 8,6%. Segundo a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) até 2022, devem ser investidos cerca de R\$ 21,3 bilhões no segmento.

Muitos destes investimentos devem ser feitos na Região Nordeste, onde o sistema so-

lar também vem se popularizado em alguns estados.

Empresas de grande porte que possuem contas altas de energia elétrica, como redes de farmácias e laboratórios já estão implantando o sistema do uso desta energia.

Foi assim que a multinacional austríaca Fronius, fabricante de sistemas fotovoltaicos, que atua em todos os estados do Nordeste, registrou crescimento de quase 300% no primeiro semestre deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado.

“A energia limpa veio para ficar. Estamos muito focados no Norte e Nordeste com ações estratégicas para esta região”, afirma Alexandre Borin, gerente da Unidade de Negócio de Energia Fotovoltaica da empresa.

A empresa está de olho agora na zona rural e quer oferecer os serviços para fazendas, frigoríficos, usinas de açúcar e álcool. “A energia fotovoltaica pode ser aplicada na agronegócio. Há há uma infinidade de segmentos que podem usufruir destes benefícios. Na verdade, todos os setores sem exceção, estão em busca de opções renováveis para reduzirem seus custos operacionais”.

●● Em muitos casos a energia elétrica chega a representar até 30% do custo de produção

Belarmino Dourado

proprietário da Irecosol

●● O sistema se paga em dois anos. Antes a conta de energia elétrica chegava a cerca de 5 mil reais por mês, depois caiu para 2 mil reais

Paulo Dourado

produtor rural

Aluguel de energia é mais uma opção

Para quem não tem condições de instalar as próprias placas de energia solar, uma alternativa pode ser o aluguel de energia. Uma fazenda localizada em Ibotirama, no Vale do São Francisco, fornece o serviço. A Fazenda Solar Terra do Sol possui quatro usinas em operação e começou a "alugar" a energia há um ano.

"Os clientes recebem a conta normalmente da Coelba, mas ela vem com adição de crédito de quilowatt. Por exemplo, quem gasta mil quilowatts por mês, ao alugar a usina, que gera energia para o sistema geral, esses quilowatts são abatidos da conta, e ele passa a pagar à concessionária apenas a taxa básica que é de 88 reais", explica o empresário Felipe Souto, diretor da fazenda.

O sistema é possível por que a lei permite a geração remota, ou seja, que a ener-



O custo do aluguel de energia solar depende do número de painéis fotovoltaicos e quilowatts contratados

gia seja gerada em um lugar diferente da unidade beneficiada. O valor do aluguel corresponde a cerca de 80% do valor pago pela energia convencional. O sistema só está disponível para pessoas jurídicas, como condomínios, que possuem conta com valor mínimo de 7 mil reais.

"Nós construímos dentro da fazenda uma usina geradora para cada cliente. Através desse método, o valor fi-

ca menor do que a energia da rede. Por mês, o consumidor vai ter um desconto de até 20% do que ele pagaria para a Coelba. Já temos clientes que economizam até 40 mil reais por mês", acrescenta Souto.

A empresa investe cerca de R\$ 10 milhões de reais na construção de cada usina. Um dos clientes é um condomínio residencial Itaigara Garden Residence, que já conseguiu reduzir a conta de

luz de 4 mil reais para cerca de 100 reais.

Segundo o administrador do condomínio Roque Alves, esta foi a alternativa para fugir dos aumentos constantes nas despesas com energia. "Tivemos uma revisão tarifária, que elevou as contas em mais de 18%. Foi muito mais vantajoso usar a fonte solar e ter descontos de 20% sem nenhum investimento na compra e instalação de placas", afirma.

SEMINÁRIO O FUTURO DO JORNALISMO

Participe do Seminário, promovido pelo Jornal Correio, com líderes do movimento que revoluciona o jornalismo no país.



Mario Sérgio
Operação Serenata de Amor



Patricia Gomes
Diretora de Produto do Jota



Conrado Corsalette
Editor-chefe do Nexô

26 JUL
8h às 12h30

Hotel Quality
(R. Dr. José Peroba, 244 - Stiep)

**ACESSO
GRATUITO**

INSCREVA-SE:
bit.ly/jornalismodefuturo

Prêmio
Correio
defuturo

Durante o evento, será também lançada a 1ª edição do Prêmio Correio de Futuro, com o objetivo de fomentar a idealização de produtos jornalísticos inovadores, que combinem expertises de jornalismo, tecnologia e design de forma eficiente.

Chegando Junto

Patrocínio
bradesco

Patrocínio
hapvida soterô

Apoio Institucional
SALVADOR
PRÉFETURA

Apoio
SALVADOR BAHIA
AIRPORT

SENAI PITE

Salvador

empower

Claro

BRASIL JORNAL

BERBAE

BRASIL JORNAL

Setor automotivo puxa alta da produção industrial baiana

PESQUISA Com forte influência do setor automotivo, a produção da indústria baiana fechou o mês de maio com um crescimento de 1,1% na comparação com o mês anterior. Em relação a igual período do ano passado, a expansão foi de 12,3% e superou o do país como um todo (7,1%). Nessa comparação, foi o melhor maio para a indústria na Bahia desde 2010, quando a produção havia crescido 21,7%. Os dados foram divulgados ontem pelo IBGE.

Com o desempenho do mês, a produção industrial na Bahia passou a ter uma variação positiva (0,1%) no acumulado no ano de 2019, frente ao mesmo período de 2018. Embora discreto, foi o primeiro crescimento desse indicador neste ano. O resultado também ficou positivo, pela primeira vez desde janeiro, no acumulado em 12 meses (1,4%).

De acordo com a pesquisa, o crescimento de 12,3% na produção industrial da Bahia, na comparação com maio de 2018, foi resultado do desempenho positivo tanto da indústria de transformação (12,9%) quanto da

indústria extrativa (2,2%).

Foi também um resultado disseminado por 9 dos 11 segmentos da indústria de transformação pesquisados separadamente no estado. No mês, houve recuos apenas na fabricação de outros produtos químicos (-11,9%) e na produção de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (-6,4%).

Os maiores avanços, em magnitude da taxa, ocorreram

na produção de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (125,1%), na metalurgia (75,5%) e na fabricação de bebidas (60,1%).

Entretanto, em razão do seu peso na estrutura industrial da Bahia, a fabricação de veículos automotores, rebocues e carrocerias (48,9%) teve a principal contribuição para o crescimento da produção como um todo no estado, seguida pela metalurgia. Ambos os segmentos tiveram altas na fabricação de todo os produtos investigados.

A produção de veículos vinha de dois fortes recuos consecutivos, mas a metalurgia apresentou o quarto crescimento seguido na produção e tem o melhor desempenho no ano de 2019, com uma alta acumulada de 34% de janeiro a maio.

Com uma produção que mais que dobrou frente a maio de 2018 (125,1%), o segmento de informática e eletrônicos apresentou o segundo crescimento consecutivo, após ter registrado quedas seguidas entre outubro de 2018 e março de 2019.

12,3%

foi a expansão da produção industrial em maio

48,9%

foi a alta da produção de veículos na Bahia

0,1%

é o percentual de crescimento da indústria do estado de janeiro a maio deste ano

Lauro de Freitas terá fábrica de materiais hospitalares

NEGÓCIOS O município de Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), deve ganhar uma fábrica de instrumentos e materiais hospitalares, com previsão de investimento na ordem de R\$ 7 milhões e geração 100 empregos diretos. O protocolo de intenções com a empresa Be Life foi assinado pelo vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado, João Leão, ontem.

A Be Life vai produzir lençóis e aventais hospitalares, fraldas geriátricas e compres-

sas de gaze cirúrgica estéril e não estéril em geral, com capacidade produtiva de 73,9 milhões de unidades por ano.

“Julgamos estratégico gerar empregos e movimentar a economia local. Fizemos um estudo e vimos que existe uma grande oportunidade de crescimento no estado da Bahia, por isso o investimento. Mas, sem o apoio da SDE, nada disso aconteceria, pois é importante termos incentivos fiscais, senão não conseguimos competir com empresas de outros estados”, diz André Almeida, diretor da empresa.

SETOR DE SERVIÇOS DA BAHIA AVANÇA 3,8% EM MAIO

IBGE O volume do setor de serviços na Bahia voltou a recuar no mês de maio (-1,9%), na comparação com abril, eliminando completamente o avanço de 0,5% que havia sido registrado na passagem de março para abril. Na comparação com o mesmo período de 2018, entretanto, o volume dos serviços do estado se manteve em alta em maio (3,8%), apresentando o quarto resultado positivo consecutivo e o melhor desempenho mensal deste ano, segundo pesquisa divulgada ontem pelo IBGE.

MERCADO DE SEGUROS FATURA R\$ 103,7 BILHÕES

BALANÇO O faturamento do mercado segurador brasileiro alcançou R\$ 103,7 bilhões, no acumulado de janeiro a maio deste ano, alta de 7,1% em comparação a igual período do ano passado. Somente em maio, a alta registrada foi de 16,1%, em relação ao mesmo mês de 2018. De acordo com a Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), os dados excluem saúde suplementar, cujos últimos números ainda são anteriores a maio, e o seguro do trânsito DPVAT, cuja tarifa é administrada pelo governo.

15/07/2019 - 05:00

Para secretário da Fazenda, país deve ingressar em novo patamar fiscal

Por Lu Aiko Otta e Ana Krüger

O governo vive um momento inédito de sintonia entre as políticas fiscal, creditícia e monetária. A afirmação é do o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, durante o lançamento da primeira edição do Boletim MacroFiscal, na sexta-feira.

"Com a Nova Previdência, estamos diante da possibilidade de entrar em um novo patamar do ponto de vista fiscal", disse. "Se olharmos a política econômica, o fiscal é o núcleo." Ele acrescentou que é necessário primeiro "ajeitar a casa" antes de anunciar outras medidas na sequência: um novo pacto federativo, uma reforma na lei de recuperação judicial, uma nova política agrícola, a revisão de políticas de subsídios, por exemplo.

O secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, confirmou que o governo analisa mudanças nas regras fiscais, como informou o **Valor** na quinta-feira. Mas afirmou que não haverá mecanismos para excepcionalizar investimentos no cálculo do resultado primário. "Não existe absolutamente nada de retirar investimento de gasto do governo. Está no teto, é primário. É uma rubrica, um gasto do governo, e está dentro das regras", afirmou.

Ao contrário do que propuseram economistas como Nelson Barbosa, Manoel Pires e Hélio Tollini no seminário "Caminhos da Política Fiscal", promovido pela FGV e o **Valor** na semana passada, o governo não pretende acabar com a "regra de ouro" (que impede a emissão de dívida para pagar despesas de custeio).

Sachsida disse que a dificuldade em cumprir a "regra de ouro" neste ano foi originada no passado. Para ele, os gatilhos que impediriam as contas públicas de chegar ao limite deveriam ter sido disparados antes. O governo precisou pedir ao Congresso um crédito suplementar de R\$ 248,9 bilhões para não descumprir a "regra de ouro". Ainda assim, os valores de gastos autorizados a vários ministérios não são suficientes para cobrir os gastos até o final do ano.

Dados do Boletim MacroFiscal mostram que as despesas discricionárias do governo somaram R\$ 43,9 bilhões no primeiro semestre, valor 24% inferior ao registrado em igual período de 2018. O documento diz que o crescimento das despesas obrigatórias (como o pagamento de aposentadorias e pensões) tem "expulsado" outras despesas e forçado a redução de gastos nas demais áreas, de construção de estradas a material de consumo da educação.

No mesmo documento, o governo reduziu de 1,8% para 0,8% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano. Esse dado servirá de base para as projeções de receitas e despesas de 2019 que serão divulgadas no dia 22. O governo já indicou que um novo contingenciamento (bloqueio) de gastos pode ser necessário.

15/07/2019 - 05:00

Federação das Indústrias de MG quer se engajar na proposta de imposto único

Por Marcos de Moura e Souza

A proposta de criação de um imposto único deve ganhar o apoio da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). A ideia vem sendo defendida pelo Instituto Brasil 200, que reúne empresários, num momento em que o governo e a parte do Congresso Nacional se voltam para o tema da reforma tributária.

"A Fiemg, em princípio, abraçou a ideia do imposto único, do Brasil 200", disse o presidente Flávio Roscoe. "A entidade só não manifestou o apoio formal ainda porque quer entender os detalhes. Mas o princípio desse imposto a gente entende que é adequado. Estamos inclinados a abraçar essa ideia, e os empresários da nossa base também."

Roscoe afirmou que vai se reunir nesta semana com técnicos que estão trabalhando na proposta do Brasil 200 para entender como esse novo sistema trataria de um ponto sensível para indústria.

"Qual o problema para indústria? Como se trata de um imposto cumulativo, pago por transação financeira de cada etapa, corre-se o risco de a indústria, por ter uma cadeia longa, pagar sobre dez transações financeiras enquanto o mesmo produto importado pagaria apenas sobre uma."

A ideia defendida pelo Brasil 200 é que o tributo incida nos dois lados de uma operação: seja pago tanto por quem compra quanto por quem vende, no caso de operações comerciais. Roscoe disse que já recebeu dos técnicos que têm trabalhado nessa proposta a sinalização de que haveria algum tipo de compensação para que importados paguem o mesmo que o produto nacional.

O presidente da Fiemg tem mantido contato já há algum tempo com Marcos Cintra, secretário da Receita Federal e principal defensor do imposto único no Brasil.

Para Roscoe, a ideia de um imposto que incida sobre as transações financeiras substituindo outros impostos traz consigo a vantagem de reduzir espaço para sonegação.

A segunda vantagem, diz ele, é que esse novo modelo conseguiria alcançar transações virtuais de compra e venda de forma mais eficiente.

"Hoje quem compra de um site da China paga imposto nenhum. Hoje o site da China que vende aqui representa 0,1%. Mas e quando representar 20%? Todo o custo do Estado vai estar nos outros 80%?"

O ex-ministro da Agricultura e empresário do agronegócio Blairo Maggi diz que seu temor é de uma reforma que acabe elevando a carga tributária - opinião compartilhada por Roscoe e outros empresários.

Se houver uma simplificação do sistema tributário, será um avanço, disse Maggi ao **Valor**. "Mas que isso não acarrete num aumento de carga tributária para todos os setores, porque a preocupação sempre é: uma reforma nunca vem para diminuir impostos, vem para aumentar impostos", afirmou. "Em um país quebrado do jeito que o Brasil está e com os Estados quebrados, obviamente vão ficar procurando avançar no bolso das empresas e da população."

15/07/2019 - 05:00

Mudança tributária traz de volta debate sobre desigualdade

Por Ana Conceição

A reforma tributária vai ganhar holofotes no pós-Previdência e uma das perguntas que pairam sobre o tema é se as propostas que reúnem em um só tributo vários impostos que incidem sobre o consumo vão resolver o que se chama de regressividade do sistema brasileiro, em que os mais pobres pagam proporcionalmente mais impostos que os mais ricos.

Para alguns especialistas, ao propor uma alíquota única de tributo para todas as categorias de produtos e serviços, as duas propostas de reforma que estão mais adiantadas no Congresso manteriam a regressividade. Eles ponderam, contudo, que esta não é a discussão principal, já que outros impostos, como o Imposto de Renda e a tributação sobre a folha de pagamentos, que não estão no escopo das propostas de reforma, também geram desigualdade e precisam ser revistos. Para outros, não seria função do sistema tributário resolver desigualdades. Estas seriam combatidas por meio de políticas públicas - transferências de renda, por exemplo - proporcionadas justamente pela arrecadação mais eficiente de impostos.

As propostas que estão em debate são a de emenda à Constituição (PEC) 45/09, do deputado federal Baleia Rossi (MDB-SP), que se baseia na proposição do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), e a 293/04, do ex-deputado Luiz Carlos Hauly.

Enquanto a primeira propõe fundir IPI, ISS, ICMS, PIS e Cofins num Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a segunda quer juntar o IPI, ISS, ICMS, PIS, Cofins, CSLL e Cide-Combustíveis em um único Imposto de Valor Agregado (IVA).

"Políticas de desenvolvimento têm que ser feitas com programas sociais, não com tributos", diz o tributarista Rodrigo Brunelli, sócio do escritório Ulhôa Canto Advogados, de São Paulo. Uma das medidas usadas para diminuir a regressividade, a desoneração, é ineficiente e gera distorções, segundo ele. Já que os tributos existem para devolver serviços como saúde e educação à sociedade, as desonerações prejudicariam a população ao reduzirem a arrecadação.

Políticas que atendem especificamente a quem necessita de um benefício seriam mais eficientes, diz Brunelli. Um dos exemplos mais citados pelos especialistas é o da desoneração da cesta básica. Embora os produtos da cesta sejam mais relevantes para o orçamento das famílias de menor renda, as mais ricas também se beneficiam da medida. Estudo feito pelo então Ministério da Fazenda mostrou que, em 2016, um gasto de R\$ 28 bilhões no Bolsa Família resultou em redução de 1,7% na desigualdade de renda. No mesmo ano, a desoneração da cesta básica, com um gasto tributário de R\$ 18,6 bilhões, contribuiu para reduzir apenas 0,1% da desigualdade. Em 2019, a desoneração da cesta deve custar R\$ 20 bilhões.

Para compensar uma desoneração, a receita tem que vir de outro lugar. Um exemplo são as telecomunicações e a energia elétrica, serviços considerados essenciais, que em alguns Estados chegam a ter alíquotas de ICMS mais altas, 35%, que as de bebidas alcoólicas, 18%. "Por que alíquotas tão altas? Todos consomem e é um imposto fácil de recolher. São poucas distribuidoras e concessionárias", diz Brunelli. Nesse sentido, ele aponta que o lado positivo de ambas as propostas é o de propor uma alíquota única para todos os produtos e serviços, simplificando o recolhimento de impostos e extinguindo os subsídios e desonerações, o que aumentaria a base de arrecadação. Por envolver menos tributos, a PEC 45 seria menos desafiadora na harmonização dos impostos. "O grande desafio é o aspecto político, para acomodar interesses de Estados e municípios".



Rodrigo Brunelli: "Políticas de desenvolvimento têm que ser feitas com programas sociais, não com tributos"

Embora considere que a regressividade não será resolvida nas PECs, Linneu de Albuquerque Mello, professor da FGV Direito Rio, diz que esta não é a questão mais premente da reforma. "As críticas sobre regressividade fazem sentido, mas é possível resolver isso. No Canadá, por exemplo, há tributação progressiva para alguns bens essenciais", diz Mello, para quem o problema do sistema brasileiro é que o objetivo é recolher impostos simplesmente pela necessidade de fazer caixa, e não distribuir renda ou promover desenvolvimento.

"Não dá para abolir a tributação sobre consumo. Ela incide sobre uma base mensurável, que tem grande capacidade contributiva. Mas é possível dar progressividade a ela", afirma.

Para as famílias de menor renda, o efeito distributivo das políticas públicas se dá via gasto público, diz o economista Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), em cuja proposta se baseia a PEC 45/09. "Tributos indiretos, como esses sobre o consumo não são bons para fazer política redistributiva. É ineficiente", diz.

A proposta do CCiF é ter uma alíquota para todos os produtos e serviços fazendo uma compensação por meio de um programa em que se transfere para famílias de menor renda um valor correspondente ao imposto cobrado na aquisição de produtos da cesta básica, por exemplo. "Vai direto para quem precisa", afirma. A estrutura para um programa desse tipo já existe. Seriam cruzadas informações do Cadastro Único de programas sociais do governo federal com os programas de nota fiscal eletrônica dos Estados. Esse tipo de programa não entraria na PEC. Seria criado por lei ordinária.

Ao lado da reforma, há a discussão sobre o Imposto Renda, que Appy considera mais importante em termos redistributivos. "No Brasil temos distorções relevantes. Uma parcela grande das pessoas de maior renda é pouco tributada". Esta, diz, é uma agenda complementar à reforma. Propostas para isso já estão sendo estudadas pelo governo, como o chamado Imposto de Renda negativo.

Outra agenda importante é a tributação sobre a folha de pagamentos, na opinião de Halley Henares, presidente da Associação Brasileira de Advocacia Tributária (ABTA). A entidade trabalha numa proposta a ser levada à discussão da reforma no Congresso. Ele critica a criação de uma contribuição sobre pagamentos acoplada à desoneração da folha, que já teria sido redigida pelo governo. "Provoca-se uma ruptura do sistema quando você pode melhorá-lo." A base de contribuição poderia aumentar se fossem eliminadas as 50 exceções existentes para contribuição em folha, diz.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 13 e 14/07/2019	Página: 02

Tribuna

Menos tributos!

Está entrando em pauta a Reforma Tributária. Por enquanto, fala-se muito em desburocratizar o sistema, reduzindo-se o número de tributos, taxas e contribuições que, muitas vezes, exigem uma sala de profissionais para atender as exigências do Fisco. Só que o problema é mais complexo. A carga de 32% imposta aos contribuintes precisa ser reduzida, para o que a redução dos gastos governamentais torna-se imprescindível. E mais: os percentuais das multas e outras cominações também deverão cair. Se é que o governo está em busca de mais empreendedorismo.

Tem que participar!

Espera-se das entidades baianas que representam as classes produtoras, uma atitude mais objetiva na discussão das propostas para reforma do Sistema Tributário Nacional. E o primeiro passo deve ser um encontro com os deputados federais que integram a Comissão, para definir aquilo que precisa ser mudado, visando obter-se mais produtividade em nossa economia.

Tribuna

Indicadores apontam para recessão

SIMONE KAFRUNI

O Brasil mal saiu de uma recessão e já caminha para outra. Os dados de maio dos três principais setores produtivos — indústria, comércio e serviços — mostram a paralisia da economia. Para alguns especialistas, o fraco desempenho das atividades terá impacto no Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre de 2019, que pode ser negativo. Como nos primeiros três meses do ano, o indicador, que representa a soma de toda riqueza produzida no país, recuou 0,2%, serão dois trimestres seguidos de queda, o que configura recessão técnica.

O volume de serviços no Brasil ficou estável (0,0%) em maio na comparação com o mês anterior, após ter avançado 0,5% em abril, quando interrompeu três taxas negativas seguidas, com perda acumulada de 1,6%, divulgou nesta sexta-feira (12/7) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A produção industrial caiu -0,2%, e as vendas do comércio recuaram 0,1% na mesma comparação, de acordo com outras duas pesquisas do órgão. Apenas o varejo ampliado, que inclui veículos e material de construção, teve alta de 0,2% em maio.

Para André Perfeito, economista-chefe da Necton, o país está entrando numa recessão técnica. "Os dados são muito fracos, indústria caiu, varejo, também, serviços no zero a zero. Pelo nosso modelo de projeção, o PIB terá queda de 0,1% no segundo trimestre, após a contração de 0,2% no primeiro", destacou. Continua depois da publicidade

participação

Conforme Rodrigo Lobo, gerente da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE, o setor está 1,1% abaixo do patamar de dezembro de 2018. "Houve perda de dinamismo, sobretudo no segmento de transportes (-0,6%), que recua pelo segundo mês consecutivo 0,6%", disse.

Fabio Bentes, economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), destacou que o quadro é preocupante. "Os três motores pela ótica da oferta continuam apresentando desempenhos decepcionantes", assinalou. O especialista lembrou que serviços e indústria, juntos, representam mais da metade do PIB brasileiro. "Com zero contribuição do comércio, a leitura é que a economia não saiu do lugar", afirmou.

Antes da última safra de dados, a CNC projetava alta de 0,2% no PIB do segundo trimestre. "Como os dados vieram fracos, vai dar algo próximo de zero. O primeiro semestre foi perdido", lamentou Bentes. Para o ano, a previsão é de alta de 0,9%, que pode ser revista para 0,7% ou 0,8%.

Segundo Flávio Castelo Branco, gerente executivo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o setor está no patamar de oito anos atrás. "Estamos estagnados depois de uma grande recessão. E como se o país tivesse caído 10 degraus e não conseguiu se equilibrar para subir de volta", comparou.

Castelo Branco destacou que o setor industrial perdeu participação no PIB. "Mas toda a economia está parada. A demanda não se recuperou. As famílias melhoraram, mas não recuperaram o consumo. As empresas estão produzindo menos e não investem, porque há capacidade ociosa", explicou.

Tribuna

Governo reduz para 0,81% previsão de alta do PIB

G1 — BRASÍLIA

O governo reduziu a expectativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019, de 1,6% para 0,81%. A revisão foi anunciada nesta sexta-feira (12) pelo Ministério da Economia.

Esse foi o terceiro corte nas previsões do governo para crescimento da economia. O orçamento desse ano foi elaborado prevendo que a economia cresceria 2,5%. Em março essa previsão caiu para 2,2% e em maio para 1,6%. Para 2020, a previsão de crescimento do PIB caiu de 2,5% para 2,2%. Já a previsão de inflação para 2019 foi revisada de 4,1% para 3,8%. A meta central deste ano para a inflação é de 4,25%, e o intervalo de tolerância do sistema de metas varia de 2,75% a 5,75%.

As previsões divulgadas ficaram próximas as do último relatório Focus divulgado pelo Banco Central (BC). O relatório, feito com base em informações de analistas do mercado financeiro, prevê um crescimento de 0,82% para o PIB de 2019 e uma inflação de 3,8%. Segundo o documento divulgado pelo Mi-

nistério da Economia, indicadores mensais disponíveis para o segundo trimestre de 2019 indicam que a recuperação econômica continua lenta. Esses indicadores mais fracos de atividade econômica levaram à revisão da previsão de crescimento da economia.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O documento aponta, ainda, que a aprovação da reforma da Previdência terá um papel protagonista para a retomada do crescimento econômico. "A retomada do crescimento da economia brasileira deverá passar necessariamente por um conjunto de reformas de reequilíbrio fiscal, onde a nova Previdência assume papel de protagonismo, bem como reformas pró-mercado", informa o documento.

O subsecretário de política macroeconômica, Vladimir Kuhl Teles, afirmou durante a coletiva que a não aprovação da reforma da Previdência teriam um impacto catastrófico em termos de crescimento do PIB e que o governo teria que reduzir brutalmente a projeção de crescimento, o que levaria a uma recessão.

estados do Sul: Paraná (10,4%), Rio Grande do Sul (8,8%) e Santa Catarina (6,1%). Sete locais tiveram queda, a maior delas no Espírito Santo (-11,8%).

No acumulado de 12 meses, oito locais pesquisados tiveram altas, com destaque, mais uma vez para Rio Grande do Sul (9,2%), Paraná (6,3%) e Santa Catarina (5%). Dos sete locais em queda, o maior recuo foi observado no Espírito Santo (-4,1%).



Tribuna

Liquida Bahia termina com crescimento de 5% nas vendas

LÍCIO FERREIRA
REPÓRTER

Na expectativa de um crescimento de 5% nas vendas, em relação ao mesmo período do ano passado, terminou, neste domingo 14, a oitava edição da Liquida Bahia, uma promoção da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas da Bahia (FCDL Bahia), responsável pela ação. A campanha anual do varejo baiano reuniu sete (7) mil pontos de vendas em mais de 50 cidades do Estado – incluindo Salvador e municípios da Região Metropolitana. Começou dia 05 de julho no interior do Estado e dia 08 na capital baiana. Foram exatos 10 dias de campanha no interior e sete dias em Salvador, com lojas de rua e os principais centros de compras participando.

Agora, os olhares dos clientes deixaram de lado as vitrines e estão voltados para os prêmios a serem sorteados pela FCDL Bahia, ou seja, um automóvel Ford Ecosport, 10 Smart TVs de 40 polegadas e 25 vale-compras de R\$ 2.000, cada um. O Ford

Ecosport e as Smart TVs estarão no sorteio principal. Já os vale-compras estarão nos sorteios regionais, que contemplarão as regiões 1. Salvador e Região Metropolitana; 2. Vitória da Conquista; 3. Senhor do Bonfim; 4. Barreiras; e 5. Alagoinhas.

No sorteio principal, no caso dos vendedores, os cinco primeiros sorteados que tiverem o nome registrado no cupom – em compras feitas pelo cartão Mastercard nas máquinas da Rede ou POP Credicard – vão receber, cada um, um vale-compra de R\$ 1.000. Todos os sorteios regionais e o principal acontecerão na sede da FCDL Bahia (Rua Carlos Gomes, 1063, Afritos, Centro de Salvador), com transmissão ao vivo

Fotos: Romildo de Jesus



VAREJO
Campanha reuniu mais de 7 mil pontos de vendas em mais de 50 cidades baianas

pela página oficial da FCDL Bahia (fcdlba.com.br). Este sorteio será no próximo dia 26 deste.

PREMIAÇÃO

A 8ª edição da campanha Liquida Bahia teve patrocínio da Rede, Pop Credicard, Mastercard e Sebrae Bahia, Prefeitura de Salvador e Governo do Estado. Este por sinal, facultou o recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS - para os que aderiram à promoção -, em duas parcelas mensais, iguais e consecutivas, com datas de vencimento em

09 de agosto e 09 de setembro*.

Estão concorrendo aqueles clientes que realizaram compras a partir de R\$50,00, em qualquer forma de pagamento, e receberam os seus devidos cupons. Os que pagaram com maquininha da Rede ou POP Credicard ganharam dois cupons pelos mesmos R\$ 50. Já os que utilizaram do cartão Mastercard numa maquininha da Rede ou POP Credicard, a chance triplicou, pois receberam três cupons para os mesmos R\$ 50.

FILANTROPIA

Este ano a Liquida Bahia vai beneficiar a Santa Casa de Misericórdia da Bahia em forma de doação para as obras sociais da instituição, responsável

pela criação e administração de seis Centros de Educação Infantil no Bairro da Paz, em Salvador, onde atende 600 crianças com educação em período integral, cinco refeições diárias, acompanhamento nutricional, pedagógico e

psicológico. Os alunos também têm acesso à assistência odontológica.

A Santa Casa da Bahia mantém, também, no Bairro da Paz, o "Programa Avançar", que atende continuamente cerca de 2.600 crianças, jovens e adultos com

projetos de promoção social, qualificação profissional e incentivo à cidadania. Cursos profissionalizantes e de empreendedorismo, aulas de música, balé, teatro e informática são algumas das iniciativas desenvolvidas no espaço.



BAÍA
Dar uma maior visibilidade à costa litorânea brasileira é um dos objetivos do congresso

Tribuna

Termina prazo de retorno das empresas ao Simples Nacional

As micro e pequenas empresas (MPE) têm até hoje para requerer o retorno ao sistema. A opção de retornar poderá ser feita por meio de um formulário

DA REDAÇÃO

Termina nesta segunda-feira 15, o prazo para que as micro e pequenas empresas (MPE) excludas do Simples Nacional solicitem retorno ao sistema. A opção de retornar poderá ser feita perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, por meio de um formulário. No requerimento deve constar a assinatura do contribuinte ou por seu representante legal, e instruído com o documento de constituição da pessoa jurídica ou equiparada com as respectivas alterações, que permitam identificar os responsáveis por sua gestão.

Conforme detalha a resolução, a possibilidade de retorno se aplica a negócios de pequeno porte, que tenham sido retirados do sistema em 1º de janeiro de 2018. A outra condição é de que tenham aderido ao Programa Especial de Regularização

Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN). É necessário ainda que a MPE não apresente nenhuma das restrições previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

IMPORTÂNCIA

O superintendente do Sebrae Bahia, Jorge Khoury, reitera a importância de os empresários estarem atentos ao prazo, uma vez que o regime do Simples Nacional tem um impacto direto na sobrevivência dos pequenos negócios. "O Simples Nacional é um modelo de tributação diferenciado, que dá fôlego às atividades das micro e pequenas empresas, ao mesmo tempo em que dá espaço para que os empreendedores projetem seu crescimento", afirma.

Estudos do Sebrae indicam que, sem o Simples Nacional, 67% das empresas optantes fechariam as portas, seriam empurradas para a informalidade ou re-



Foto: Google Images

TRIBUTOS

Sem o Simples muitas empresas fechariam as portas ou iriam para informalidade

duziriam suas atividades. "É por isso que a Resolução do Comitê Gestor é fundamental nesse sentido, pois, no momento em que permite o retorno das MPE ao regime, evita que as atividades desses empreendedores sejam interrompidas ou ainda se tornem informais, reduzindo

a possibilidade de crescimento e impactando também negativamente na economia", conclui Khoury.

NÃO PODEM

De acordo com a lei, não podem aderir ao Simples Nacional, por exemplo, empreendimentos que traba-

lhem com importação ou fabricação de automóveis e motocicletas. Atacadistas de cigarros, armas de fogo, pólvoras e explosivos também entram na categoria daqueles que não estão habilitados à inscrição.

Conforme a Secretaria-Executiva do Comitê Gestor

do Simples Nacional o contribuinte deve estar ciente de que, em caso de prestação de informação falsa, ele poderá ser excluído retroativamente do Simples Nacional, além de estar sujeito às demais penalidades previstas na legislação. Outro aspecto importante é que, uma vez deferida a opção extraordinária, as MPE ficarão sujeitas às obrigações tributárias principais e acessórias decorrentes, desde 1º de janeiro de 2018.

O Simples é um regime tributário facilitado e simplificado para os pequenos negócios. Criado em 2006 pela Lei Complementar nº 123, o Simples abrange a participação de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e reúne, em um único documento de arrecadação (DAS) os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica (CPP).

Tribuna

EFICIÊNCIA

Programa de privatizações pode render R\$ 450 bilhões aos cofres do governo

JOSÉ FUCS
O ESTADO DE S. PAULO

Com a aprovação da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, depois de quase cinco meses de negociações e muito vaivém, uma nova fase começa a se desenhar para o governo e para o País. Embora ainda falte a votação final na Câmara e a do Senado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, já avisou que agora será a vez de acelerar as privatizações, conduzidas até hoje em marcha lenta, para evitar "marolas" que pudessem comprometer as mudanças na Previdência. O programa de privatização de Guedes é ambicioso. Se for concretizado, ainda que parcialmente, promete mudar o perfil da economia do País. Um levantamento realizado pelo Estado indica que o programa de desestatização do governo poderá render até R\$ 450 bilhões.

O resultado inclui 132 participações acionárias diretas ou indiretas da União, com potencial para negociação pulverizada no mercado ou em bloco, e os valores mínimos de outorga da cessão onerosa de áreas do pré-sal e de duas rodadas de licitações de petróleo e gás natural, que devem ocorrer ainda neste ano.

O levantamento levou em conta operações de privatização, desinvestimento, abertura de capital e venda de participações minoritárias de estatais e suas subsidiárias. Também considerou as participações do BNDES, via BNDESPar, seu braço de investimento, em empresas de capital aberto e fechado, cujo valor total de mercado atualizado é de R\$ 143,7 bilhões.

Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa e BNDES, excluídos em princípio do programa de desestatização do governo Bolsonaro, não entraram na pesquisa. Como os valores mínimos de outorga para concessões de serviços públicos no segundo semestre e nos próximos anos não estão definidos, elas também não entraram na conta. O mesmo aconteceu com os imóveis públicos



que o governo pretende repassar para fundos imobiliários, com valor calculado em R\$ 30 bilhões pelo Ministério da Economia.

As estimativas de arrecadação com o programa de desestatização apresentam uma dispersão considerável. Guedes, por exemplo, fala na possibilidade de arrecadar R\$ 1 trilhão – número "mágico" ao qual recorreu também na reforma da Previdência – até 2022. Mais conservador, o secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercado, Salim Mattar, ligado a Guedes, já previu algo entre R\$ 700 bilhões e R\$ 800 bilhões, mas hoje trabalha com uma receita de R\$ 635 bilhões, acrescentando R\$ 115 bilhões de outorgas em concessões e os imóveis.

No mercado financeiro, as previsões estão mais próximas dos valores apurados pelo Estado. O Bradesco BBI, braço de investimento do grupo, calcula que seja possível arrecadar R\$ 470 bilhões em desestatizações na esfera federal. Para o banco Credit Suisse, o potencial de arrecadação com desestatizações no Brasil foi estimado em R\$ 400 bilhões.

Se conseguir amealhar a metade do que apontam os levantamentos do Estado, do Credit Suisse e do Bradesco – algo entre R\$ 200 bilhões e R\$ 235 bilhões –, o governo já terá realizado o maior programa de desestatização em todos os tempos no Bra-

sil. Segundo estudo do BNDES, as 99 operações de desestatização efetuadas de 1990 a 2015 no País renderam no total US\$ 54,5 bilhões. No governo Temer, foram mais R\$ 46,4 bilhões (cerca de US\$ 12 bilhões) em 124 projetos, dos quais R\$ 28 bilhões só na área de petróleo. Somando tudo que se fez até agora, dá um total de US\$ 66,5 bilhões, equivalente a um terço do que a atual gestão arrecadaria no cenário mais pessimista considerado acima.

Caso os planos de Guedes se realizem, o Brasil também poderá se habilitar ao título de País com o maior programa de desestatização do mundo no período. Em número de operações, Angola, por exemplo, tem mais de 190 empresas na fila para privatização, de acordo com Mattar, e pode até superar o Brasil em número de empresas privatizadas. Mas, em volume financeiro, não há notícia de que nenhum dos grandes países emergentes ou mesmo desenvolvidos esteja tocando um programa dessa magnitude. Mesmo no ministério da Economia, ninguém havia se dado conta dessa possibilidade até agora.

Formado na Universidade de Chicago, templo do liberalismo global, Guedes quer reduzir ao máximo a intervenção estatal na economia.

Veículo: Metro1	
Data: 14/07/2019	Caderno: Economia



Economia

Governo suspende portaria que zera alíquotas de importação de produtos de tecnologia

Medida foi adotada a fim de evitar que a Comissão de Assuntos Econômicos derrubasse a norma



Foto: José Cruz/Agência Brasil

Por **Juliana Almirante** no dia 14 de Julho de 2019 · 13:30

O Ministério da Economia decidiu suspender, por 30 dias, os efeitos de uma portaria com o objetivo de zerar as alíquotas de importação de produtos de tecnologia.

De acordo com a Folha, a medida foi adotada a fim de evitar que a Comissão de Assuntos Econômicos derrubasse a norma.

A portaria havia sido publicada em junho e gerou receio da indústria local, com medo que a queda da alíquota de importação possa impedir o avanço da indústria nacional e diminuir a oferta de empregos.

A equipe do titular da Economia, Paulo Guedes, já se comprometeu a apresentar um novo texto.

FOLHA DE S.PAULO

Exemplo de medidas já tomadas:

Pente-fino no INSS

MP revisa 6,4 milhões de benefícios suspeitos, com economia estimada de:

R\$ 9,8 bi
ao ano

Reforma da Previdência

Proposta endurecia regras para aposentadorias e previa economia superior a

R\$ 900 bi
em dez anos

Acordo com Petrobras

Estatal assina revisão do contrato do pré-sal em troca de US\$ 9 bilhões, abrindo caminho para empresas privadas disputarem leilão

MP da Liberdade Econômica

Medida traz orientações sobre licenças, autorizações e alvarás exigidos pela administração pública

Plano de auxílio a estados

Governo propõe lei para União garantir empréstimos a entes em dificuldades

Livre-comércio

Após 20 anos de negociação, Mercosul e UE anunciam acordo, com expectativa de

R\$ 480 bi
em ganhos em 15 anos

Governo quer reduzir de 27,5% para 25% alíquota máxima do Imposto de Renda

Pacote pós-reforma da Previdência também prevê aumentar faixa salarial isenta do tributo

Fábio Pupo e Julio Wiziack

BRASÍLIA Principal medida após as alterações nas regras da Previdência, a reforma tributária a ser proposta pelo Ministério da Economia vai reduzir a alíquota máxima do Imposto de Renda para pessoas físicas, de 27,5% para 25%, e empresas, de 34% para 25%.

Além disso, o governo vai aumentar a faixa salarial isenta do pagamento do tributo.

As mudanças no IR devem ser propostas em agosto e apresentarão uma das pernas do tripé da reforma tributária em construção pelo governo. Antes disso, o governo pretende propor a fusão de cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, CSLL e IOF) no imposto único federal.

O imposto único representa outra ponta e, segundo as projeções atuais do ministério, precisará ter uma alíquota de 15% (antes, esse número era calculado em 14%).

O secretário especial da Receita, Marcos Cintra, tem ana-

lisado como baixar o percentual. Uma das opções é transferir a CSLL para o Imposto sobre Pagamentos (IP), novo tributo a ser aplicado a qualquer transação e que equivale ao terceiro pilar das mudanças.

Com isso, seria aumentada a alíquota do IP do 0,3% estudado atualmente para 0,5% (para cada ponta da transação, pagador e recebedor). Ou seja, uma operação de R\$ 5.000 recolheria R\$ 50 de imposto. Antes, o percentual era calculado em 0,45%.

A Folha teve acesso ao conteúdo de uma das reuniões sobre reforma tributária feitas na semana passada no Ministério da Economia.

Nesse encontro, a cúpula da pasta considera a opinião pública um componente crucial para as alterações tributárias. A equipe tem feito alertas para a repercussão, que pode ser até maior que a gerada pelas alterações em curso da reforma da Previdência.

Se a reforma nas aposenta-

dorias foi defendida como necessária para combater vantagens de certas classes — como a de servidores —, a tributária é entendida como algo a atingir toda a sociedade — de estudantes a grandes empresários.

Na reunião, Cintra defendeu que a "reforma previdenciária é fundamental para a solvência do país". Por outro lado, disse que a tributária interessa a todo cidadão, pois "mexe no bolso de todo o mundo".

A intenção inicial da cúpula do ministério, até do titular da pasta, Paulo Guedes, era uma simplificação radical no sistema tributário. Porém, há temores com a possibilidade de reações a mudanças muito fortes.

Após as primeiras avaliações, a equipe entendeu que não pode comprometer a situação do país com o que chama de "aventuras". Por isso, a palavra no momento é cautela.

Por causa das preocupações, a estratégia definida neste momento é o ministério iniciar uma reforma nem tão ra-



Exemplos de medidas sendo preparadas:

Reforma tributária

Proposta tem três pilares:

- criação de imposto sobre pagamentos
- fusão de tributos (PIS, Cofins, IPI, CSLL e IOF)
- mudanças no Imposto de Renda

'Pacto federativo'

Medida exclui despesas obrigatórias do Orçamento da União, como em educação e saúde. Deve ser proposta por senadores

PIS/Pasep e FGTS

Plano é incentivar saques:

R\$ 22 bi

devem ser movimentados só com o levantamento do PIS/Pasep; mas análises mais recentes apontam que só pequena parte deve ser sacada

Mudanças nas NRs

Governo vai alterar normas regulamentadoras do trabalho: geral, inspeção prévia e máquinas

Eletrobras

Governo planeja novo modelo de privatização, que pode incluir IPO da subsidiária Eletropar.

R\$ 12 bi

são esperados em geração de receitas

Dinheiro do pré-sal

Executivo vai propor distribuição de recursos a estados em troca de melhoria em saúde e educação

Leilão do pré-sal

Governo espera arrecadar, em 6 de novembro:

R\$ 73 bi

em termos líquidos

dical nem tão branda.

Enquanto isso, o governo vai medir a reação da opinião pública e fazer ajustes necessários para mudanças futuras mais drásticas ou mais convencionais — principalmente no IR, que virá em um segundo momento.

O cenário da reforma tributária complicou depois de o Congresso começar a discutir dois projetos diferentes.

A visão na cúpula do ministério é que Câmara e Senado tomaram a liderança no processo com projetos próprios de reforma e, agora, o governo terá de encontrar "um caminho" para que sua proposta avance em uma das Casas.

A esperança da equipe é que, como ambos os projetos no Parlamento alteram impostos estaduais e municipais, a tramitação deles trave principalmente por causa do debate com governadores que temem perder arrecadação em um momento de crise fiscal.

A equipe econômica acredita que os dois projetos no Congresso, baseados nos textos do ex-deputado Luiz Carlos Haully (PSDB) e do economista Bernard Appy, além de não prevenir riscos, representam uma "agressão" à ideia do pacto federativo de Guedes, que defende descentralização de recursos e autonomia para os entes federativos, principalmente os municípios.

Continua na pág. A20

Governo quer reduzir de 27,5% para 25% alíquota máxima do Imposto de Renda

Continuação da pág. A19

Além dos textos no Congresso, outra proposta foi feita pelo grupo Brasil 200, que reúne, entre outros, os empresários Flávio Rocha, da Riachuelo, e Luciano Hang, da Havan. Eles propõem a extinção de impostos e a substituição pelo imposto sobre pagamentos. Cálculos do ministério indicam que a medida precisaria elevar a contribuição sobre pagamentos a pelo menos 1,16%.

Integrantes do governo consideram que o Executivo poderia abraçar uma das propostas que estão no Congresso. Porém, têm dúvidas sobre a viabilidade, uma vez que os textos apresentam concepções distintas, especialmente no que se refere à fusão dos impostos considerados.

Por isso, a equipe econômica planeja enviar a proposta do Executivo ao Congresso o quanto antes. Ela prevê, em um primeiro momento, concentrar esforços na fusão dos tributos federais.

Com essa engenharia, defende o governo, não haverá alteração da base de arrecadação e ninguém vai pagar um centavo a mais.

A Receita pretende manter apenas algumas isenções vigentes. Entre elas, as previstas

na Constituição — como os benefícios voltados ao mercado editorial. Também permanecerão beneficiados templos e representações diplomáticas.

A redução das alíquotas de IR será uma consequência das outras medidas.

Com a extinção da CSLL e da contribuição previdenciária pelas empresas ao INSS, será possível, de imediato, baixar a alíquota do IR para empresas de 34% para 25%.

Para chegar a 20%, será preciso criar outros impostos. Duas ideias estão sendo discutidas, segundo pessoas que participam das conversas.

Uma delas é tributar lucros e dividendos, medida que geraria, no máximo, mais R\$ 40 bilhões por ano. Outra é taxar fundos fechados de investimentos, o que renderia no máximo mais R\$ 15 bilhões.

No entanto, há reservas por que essas medidas podem prejudicar quem investe em ações para viver de rendimentos no longo prazo e não conseguir lucro rápido. Também prejudica prestadores de serviço.

A equipe de Guedes também tenta buscar uma forma de atender Bolsonaro, que, durante a campanha, prometeu estender a isenção de IR para pessoas que ganham até cinco salários mínimos (hoje, o be-

nefício é válido para quem ganha até R\$ 1.903,98 mensais).

Os estudos preliminares indicam que não há recursos para isso e que o país já tem um nível de isenção superior à média de países equiparáveis.

A alternativa, por isso, está praticamente descartada. No entanto, haverá um aumento da faixa de isenção decorrente da revisão das tabelas, que estão defasadas.

Para alcançar o patamar de isenção prometido pelo presidente na campanha, seria preciso criar uma nova alíquota, de 35%, para os mais ricos.

Outra hipótese seria compençar a medida com a definição de um teto para o abatimento do Imposto de Renda com despesas médicas. Hoje não existe limite. A ideia é travar esse desconto ao preço do plano médico mais caro em vigor no país.

A reforma tributária deve ser o carro-chefe de uma série de medidas que estão sendo preparadas pelo Ministério da Economia após a aprovação da reforma da Previdência.

Na lista, estão mudanças nas normas regulamentadoras do trabalho e incentivo a saques do PIS/Pasep como forma de aquecer a economia, que corre risco de sofrer retração por dois trimestres consecutivos.

Tribuna

Após o plenário, comissão especial se reúne para dar nova redação à PEC

POR G1 — BRASÍLIA

A comissão especial da reforma da Previdência iniciou uma sessão na noite de ontem (12) para analisar a redação do texto aprovado pelo plenário da Câmara. A sessão da comissão foi aberta às 20h45, vinte minutos depois da conclusão, em primeiro turno, da votação em plenário. A etapa de análise do texto pelo colegiado é mais formal, mas faz parte do rito de tramitação da proposta de emenda à Constituição. Até o fechamento desta edição, a previsão era de

que a votação da redação final do texto ocorresse ainda de sexta, mas poderá levar algumas horas diante da promessa de obstrução por parte da oposição.

O rito de tramitação prevê que a comissão analise a redação do texto. Por isso, os deputados integrantes do colegiado não poderão promover alterações ao conteúdo da proposta. Depois que o texto da PEC passar pela comissão especial, voltará ao plenário, a fim de ser votado em segundo turno — o que está previsto para ocorrer no dia 6 de agosto. Inicialmente, o governo e o

presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), esperavam analisar a PEC em segundo turno até o fim desta semana. Chegaram

PARECER

A etapa de análise do texto é mais formal, mas faz parte do rito de tramitação da proposta de emenda à Constituição.



a cogitar, inclusive, convocar sessão para este sábado (13). A previsão, porém, mudou na medida em que as votações foram

ETAPA é considerada uma formalidade, já que deputados só analisarão a redação do texto, sem alterar conteúdo da proposta. Depois de analisada pelo colegiado, PEC voltará ao plenário

se arrastando durante a semana.

Como a semana que vem será mais curta no Congresso Nacional — o

recesso parlamentar começa na quinta-feira (18) —, a tendência é de um esvaziamento do quórum, uma vez que muitos parlamentares já têm viagem marcada. Em plenário, após aprovarem o texto-base da PEC da Previdência, os parlamentares aprovaram quatro mudanças pontuais no texto: a flexibilização das exigências para aposentadoria de mulheres; regras mais brandas para integrantes de carreiras policiais; redução de 20 anos para 15 anos do tempo mínimo de contribuição de homens que trabalham na iniciativa privada; e regras que beneficiam professores próximos da aposentadoria

Governo prevê reforma no Senado até 15 de setembro



RODRIGO MAIA criticou articulação política do Planalto durante primeiro turno de votação da reforma previdenciária. Rodrigo Maia disse que ele teve que organizar votações no plenário

POR G1 — BRASÍLIA

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou em entrevista à GloboNews ontem (12), após encerrar o primeiro turno de votação da proposta de reforma da Previdência, que o governo Jair Bolsonaro "tem uma base muito desorganizada ou não tem base" de apoio no Congresso Nacional. Principal avalista da reforma previdenciária no parlamento, Maia disse que "atrapalha muito" não ter um governo organizado,

referindo-se à falta de articulação política do Palácio do Planalto na Câmara no início da análise da proposta de emenda à Constituição (PEC) no plenário da Casa no início desta semana.

A intenção de Rodrigo Maia era iniciar os debates da PEC na manhã de terça-feira (9), porém, a falta de mobilização de parlamentares governistas impediu, por conta da falta de quórum, a realização de debates que haviam sido convocadas para segunda (8) para contar prazo entre a aprovação do texto na

comissão especial e o envio ao plenário. Com o cochilo da base governista, a análise do texto-base da proposta de reforma previdenciária iniciou apenas no final da manhã de quarta (10). "Você não ter um governo organizado atrapalha muito. Perdemos o início da semana tentando organizar a base [do governo Bolsonaro]. Perdemos a terça-feira e começamos só na quarta", reclamou o presidente da Câmara. A Câmara concluiu o primeiro turno de análise da PEC na noite desta sexta-feira com quatro mudanças no texto-base.

NOVA DATA

Após encerrar o primeiro turno de votação da proposta na Câmara, agora seguirá para tramitação no Senado.

Tribuna

PREVIDÊNCIA

Há pouco espaço para desidratar mais a reforma

STEPHANIE TONDO E
DAIANE COSTA

Após a aprovação da reforma da Previdência em primeiro turno na Câmara, o governo anunciou que o texto asseguraria uma economia de cerca de R\$ 900 bilhões em dez anos, abaixo da previsão original. Economistas avaliam que o ganho fiscal será ainda menor e que, por isso, haverá pouco espaço no Senado para uma nova desidratação. A reinclusão de estados e municípios ao projeto é a principal dúvida, dizem. O provável relator do projeto na Casa, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), disse ao GLOBO que a chance é grande.

A estimativa oficial leva em conta os destaques (propostas feitas pelos deputados) aprovados na última sexta-feira na Câmara. Projeções mais otimistas, como a do economista Paulo Tafner, apontam para uma economia de R\$ 820 bilhões a R\$ 860 bilhões.

Entre as mais pessimistas está a de Felipe Salto, da Instituição Fiscal Independente (IFI), que previa uma economia de R\$ 744 bilhões com o texto-base (sem as mudanças feitas pelos deputados). Ele vai rever o número para baixo nesta semana, para dimensionar a perda com as alterações feitas por meio de destaques.

PRIVILÉGIOS MANTIDOS

Antes de seguir para o Senado, ainda é possível que haja mudanças no texto na votação em segundo turno na Câmara. Ela deve ocorrer em agosto.

— Acho que não desidrata mais do que já foi. Sempre fica a perspectiva de alterar alguma coisa quando vai de uma Casa para outra, e normalmente os efeitos são sempre de desidratar, por se tratar de uma reforma pouco simpática, mas tenho minhas dúvidas se será alguma alteração expressiva — diz Raul Velloso, especialista em contas públicas.

Desde o princípio, os economistas tinham previsões mais conservadoras que o governo. Quando o projeto original foi encaminhado à Câmara, em fevereiro, a estimativa de Tafner, um dos maiores especialistas em Previdência, era de economia de R\$ 1,060 trilhão em dez anos, abaixo do R\$ 1,2 trilhão com que trabalhava a equipe econômica.

Após mudanças feitas pelo relator Samuel Moreira (PSDB-SP), a previsão do economista já havia caído para R\$ 960 bilhões, reduzida ainda mais com as alterações feitas pelos deputados.

Tribuna

Câmara aprova 1º turno da Previdência e 2ª etapa deve ficar para agosto

POR FERNANDA CALGARO, LUIZ FELIPE BARBIERI, FÁBIO AMATO E GUSTAVO GARCIA G1 — BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados concluiu na noite de ontem (12) a votação em primeiro turno da reforma da Previdência, que cria novas regras para a aposentadoria. O texto ainda precisará ser aprovado em segundo turno antes de seguir ao Senado. Foram quatro dias de sessões. Algumas se arrastaram pela madrugada. Aprovado na noite de quarta-feira (10) por 379 votos a favor e 131 contrários, o texto-base prevê, entre os principais pontos, idade mínima de aposentadoria de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens. A análise dos destaques (sugestões para alterar pontos específicos) começou na quarta-feira e só terminou ontem. Os parla-

mentares aprovaram quatro mudanças pontuais no texto: a flexibilização das exigências para aposentadoria de mulheres; regras mais brandas para integrantes de carreiras policiais; redução de 20 anos para 15 anos do tempo mínimo de contribuição de homens que trabalham na iniciativa privada; e regras que beneficiam professores próximos da aposentadoria.

Após a conclusão da votação no plenário, a comissão especial onde a reforma tramitou até a semana passada precisará se reunir novamente para votar a redação do texto para o segundo turno. Esta etapa é mais formal, mas poderá levar algumas horas diante da promessa de obstrução por parte da oposição. Por se tratar de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), a reforma terá de ser aprovada em um segundo turno de votação, previsto para agosto, após o reces-

so parlamentar (de 18 a 31 de julho).

Inicialmente, o governo e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), esperavam analisar a PEC em segundo turno até o fim desta semana. Chegaram a cogitar, inclusive, convocar sessão para este sábado (13). A previsão, porém, mudou na medida em que as votações foram se arrastando durante a semana. Como a semana que vem será mais curta no Congresso Nacional — o recesso parlamentar começa na quinta-feira (18) —, a tendência é de um esvaziamento do quórum, uma vez que muitos parlamentares já têm viagens marcadas. Nos bastidores, líderes têm dito que consideram improvável a convocação de sessão para votar o segundo turno na próxima semana.

Durante a análise da proposta em plenário, os deputados promoveram quatro mudanças no texto que



DEPUTADOS terminaram de votar os destaques que estavam pendentes. Texto precisa passar por comissão especial antes de ser votado em segundo turno

havia sido aprovado pela comissão especial. As alterações foram aprovadas após acordo entre partidos governistas, do centrão e com votos da oposição. Veja abaixo o que foi alterado em plenário: Mulheres e pensão de viúvas: Apoiada pela bancada feminina da Câmara, a emenda altera a regra de cálculo do valor da aposentadoria de mulheres e favorece viúvas que recebem pensões. A proposta — aprovada por 344 votos a 132, com 15 abstenções — trata de acréscimo no valor do

benefício de mulheres que, no momento da aposentadoria, tiverem mais tempo de contribuição do que o mínimo exigido.

A emenda aprovada mantém a exigência de idade mínima de 62 anos de idade e 15 anos de contribuição para a mulher requerer a aposentadoria. O valor do benefício continua equivalente a 60% da média dos salários adotados como base para contribuições, mas o acréscimo de 2% passa a ser para cada ano a mais de contribuição que

exceder o mínimo de 15 anos, em vez de 20 anos. Policiais e agentes penitenciários: A emenda cria uma regra alternativa com idades mínimas menores para os integrantes de categorias ligadas à área de segurança pública. A emenda aprovada não trata dos policiais dos estados (policiais militares, civis e bombeiros dos estados), uma vez que os servidores dos estados e municípios foram excluídos da reforma.

Contribuição de homens: Destaque apresentado pelo PSB reduziu de 20 para 15 anos o tempo mínimo de contribuição previsto na PEC da Previdência para trabalhadores do sexo masculino que atuam no regime geral (setor privado) se aposentarem. Segundo o texto-base aprovado na quarta-feira pela Câmara, o tempo mínimo para homens se aposentarem aumentaria gradualmente — partindo de 15 anos — e chegaria a 20 anos em 2029. Com a aprovação do destaque, o tempo mínimo de contribuição para os homens será de 15 anos, mesmo tempo mínimo de contribuição previsto para as mulheres. Benefício para professores: A mudança beneficia professores próximos da idade de aposentadoria. A alteração, que atinge uma das regras de transição entre o antigo e o novo sistema previdenciário, reduz a idade mínima para que os professores tenham direito ao benefício.



Placar da Previdência já conta com 42 dos 49 votos para aprovação no Senado

Número representa mais da metade de todos os senadores, sendo que 15 deles se manifestarão apenas quando proposta entrar formalmente na Casa e 11 se disseram contrários à mudança; ideia é promulgar a proposta na semana da Pátria

Bruno Moura, Douver Barros e Rebeca Ramos, especiais para o Estado

15 de julho de 2019 | 05h00

A **reforma da Previdência** ainda precisa passar por um segundo turno na **Câmara dos Deputados**, mas a maioria dos senadores se posiciona favoravelmente à proposta que muda as regras para se aposentar no Brasil. O Placar da Previdência, elaborado pelo 'Estado', aponta 42 votos "sim" ao texto, antes mesmo de ele chegar ao **Senado. (Veja como votaram os deputados na Câmara)**
LEIA TAMBÉM [>Recesso será teste nas ruas para a reforma da Previdência](#)

O número representa mais do que a metade dos senadores, mas ainda está sete votos aquém do mínimo necessário para a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição na Casa, de 49 senadores.

O Estado ouviu os senadores na última semana, quando os deputados ainda analisavam os chamados destaques (sugestões de mudanças ao texto-base). Do total, 15 senadores pediram para se manifestar apenas quando o texto chegar ao Senado, e 11 se disseram contrários à reforma da Previdência da forma como foi aprovada na Câmara. Sete não foram encontrados, um se declarou indeciso e quatro não quiseram responder.

Entre os 42 senadores que se manifestaram favoravelmente ao texto, é comum a defesa da inclusão dos Estados e municípios nas novas regras. Da forma como está o texto, a

reforma fixa uma nova idade mínima para se aposentar – 65 anos para homens e 62 anos para mulheres – que vai valer para quem entrar no mercado de trabalho.

A nova idade valerá tanto para trabalhadores da iniciativa privada como para servidores públicos da União. No entanto, depois de modificações na Câmara, o funcionalismo público estadual e municipal ficou de fora.

PEC paralela

Se os senadores alterarem o texto, a proposta precisa voltar à Câmara – o que atrapalharia o desejo do governo de promulgá-la na Semana da Pátria, em setembro. Para evitar o atraso, está sendo gestado um acordo para que a inclusão de Estados e municípios e eventuais mudanças sejam feitas em proposta paralela, que, depois de votada pelos senadores, voltaria para a análise dos deputados.

O senador **Tasso Jereissati (PSDB-CE)**, cotado para ser relator da reforma na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, diz que a PEC paralela seria uma saída para atender ao desejo da maioria dos senadores pela reinclusão de Estados e municípios na reforma. Segundo ele, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), está de acordo com a ideia.

Jereissati é relator de uma comissão montada no Senado para acompanhar o trâmite da reforma na Câmara. Na última semana, enquanto os deputados discutiam a proposta, o grupo recebeu governadores para debater as mudanças nas regras de aposentadoria.

Para o líder do PSL no Senado, Major Olímpio (SP), é um “absurdo” que Estados e municípios não estejam contemplados no texto. “Dessa forma, o Brasil vai continuar limpando o chão com a torneira aberta”, diz.

Para o líder do PP no Senado, Espiridão Amin (SC), há duas opções: incluir Estados e municípios de forma impositiva ou permitir a adesão por projeto de lei no qual governadores e prefeitos enviem projetos às assembleias e Câmaras. A segunda opção poderia ter mais receptividade, diz a presidente da CCJ no Senado, Simone Tebet (MDB-MS). / **COLABOROU AMANDA PUPO**

Veículo: Metro1	
Data: 14/07/2019	Caderno: Política



Política

Chance de inclusão de estados e municípios na reforma 'é grande', diz Jereissati

Senador tucano é o provável relator da proposta na casa



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Por **Leo Sousa** no dia 14 de Julho de 2019 · 16:00

Cotado para ser relator da reforma da Previdência no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE) vê clima favorável para a inclusão de estados e municípios na tramitação final do projeto.

"Não posso garantir que (a inclusão de estados e municípios) vai ser aprovada porque vamos discutir e temos opiniões diversas, mas a possibilidade, pelo que senti conversando com senadores, é muito grande", disse o psdbista em entrevista ao Globo.

Partidário da inclusão, Jereissati diz que sem ela "a reforma ficaria incompleta". O senador se mostra otimista quanto à velocidade da aprovação do projeto e ao retorno da matéria à Câmara.

"Acho que vamos aprovar com uma rapidez muito grande, até setembro. Se aprovarmos no Senado essa parte, o clima vai ser diferente quando voltar à Câmara, porque o coração do texto estará aprovado. A chance de os deputados se mostrarem favoráveis cresce muito", afirmou.

Veículo: O Globo	Online
Data: 15/07/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Previdência: exigência de nova reforma em 10 anos

Retirada da previsão de reajuste automático da idade mínima para aposentadoria tornará necessário novo ajuste nas contas, alertam técnicos do governo e especialistas. Expectativa de vida do brasileiro cresce no campo e nas cidades

O acordo feito pelos partidos do centrão para a aprovação do relatório da reforma da Previdência na Comissão Especial retirou do texto — aprovado em primeiro turno na Câmara — a previsão de reajuste automático da idade mínima para a aposentadoria no futuro, sem a necessidade de nova proposta de emenda constitucional (PEC). Técnicos do governo e especialistas dizem que a retirada desse dispositivo vai exigir uma nova reforma em dez anos. Isso será necessário para reequilibrar o sistema porque os brasileiros estão vivendo mais, num processo progressivo e contínuo. Segundo levantamento da Secretaria de Previdência e Trabalho, há 20 anos, os homens da cidade viviam até 76,56 anos, em média. Em 2017, eles passaram a viver até 79,18 anos.

A expectativa de vida dos homens na área rural passou de 69,84 anos para 78,97 anos nesse período. No caso das mulheres, a expectativa de vida era de 73,75 anos em 1999. Em 2017, chegava a 80,94 para quem vivia nas cidades. No campo, o indicador passou de 70 anos para 79,26 anos.

DESPOLITIZAÇÃO

A necessidade de um novo aumento da idade de aposentadoria será ainda mais imprescindível porque os trabalhadores rurais ficaram de fora da reforma. Além disso, a idade mínima das mulheres ficou abaixo da que será exigida dos homens, disse um técnico que participou do levantamento.

Para o economista Paulo Tafner, da Fipe/USP, a ideia do gatilho da idade era despolitizar o tema, manter o sistema previdenciário equilibrado, mas dentro de parâmetros técnicos. Segundo ele, um ano a mais na expectativa de vida pode parecer pouco, mas representa 13 pagamentos de benefícios para mais de 30 milhões de pessoas:

— Foi uma pena. A reforma aprovada resolve o problema do passado, mas não resolve o problema do futuro — disse Tafner, acrescentando que o que motivou todas as reformas da Previdência nas últimas décadas no mundo foi justamente a pressão demográfica.

EUA E ITÁLIA JÁ TÊM GATILHO

Ele disse que o gatilho da idade mínima de aposentadoria vem sendo adotado como uma forma de precaução em vários países, como os Estados Unidos, a Itália e o Japão. No Brasil, seria uma forma de evitar as amarras políticas e se modernizar.

Flávio Ataliba, professor de Economia da Universidade Federal do Ceará, também destacou a importância do gatilho automático da idade mínima para ajudar a garantir a sustentabilidade do regime previdenciário brasileiro.

O país segue o modelo de repartição, no qual os trabalhadores que estão no mercado de trabalho contribuem para um bolo que financia a aposentadoria dos mais velhos. Com o percentual de idosos crescendo e o ritmo da entrada de jovens no mercado desacelerando, esse sistema fica fragilizado.

— Dado que o envelhecimento da população é uma tendência, o gatilho evitaria discussões permanentes do tema, apesar de gerar incerteza para os trabalhadores sobre a data exata em que eles poderiam se aposentar —afirma Ataliba.

Um dos empecilhos para a aprovação do gatilho foi a estratégia do governo de retirar da Constituição todos os parâmetros da aposentadoria —a chamada desconstitucionalização. O mecanismo também tinha sido incluído na reforma do ex-presidente Michel Temer, mas o texto acabou não sendo aprovado.

O governo Bolsonaro tentou reincluir o gatilho na apresentação de destaques (propostas de mudanças feitas por deputados) ao texto-base da reforma que saiu da Comissão Especial, mas foi derrotado pelo centrão.

Veículo: O Globo	Online
Data: 14/07/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

‘É GRANDE A CHANCE DE INCLUIR ESTADOS E MUNICÍPIOS NA REFORMA’

Escalado para relatar a reforma da Previdência no Senado, tucano diz que o Congresso assumiu a agenda econômica do país e avalia ser possível aprovar o projeto até setembro

Provável relator da reforma da Previdência no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE) vê clima favorável para a inclusão de estados e municípios na tramitação final do projeto. Em entrevista ao GLOBO após a aprovação do texto em primeiro turno na Câmara, o senador prevê que a reforma será aprovada com mais rapidez no Senado, até setembro. Para o tucano, o Congresso assumiu a liderança da agenda econômica, numa espécie de “semiparlamentarismo” em meio às dificuldades de articulação e de execução que diagnostica no governo Bolsonaro. A seguir os principais trechos da entrevista.

Os destaques aprovados na Câmara desidratam a reforma? Não muda muito na economia total. É uma reforma muito difícil, mas a perspectiva ainda é muito positiva. É claro que as mudanças que ocorrerem podem abrir caminho para a manutenção de privilégios, sobretudo em relação aos policiais militares nos estados, quando o texto vier para o Senado. Já prevemos muita pressão da categoria.

Há clima no Senado para inserir estados e municípios na reforma da Previdência depois de terem sido retirados na Câmara? O senhor chegou a falar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) paralela.

A chance aqui é grande. Não posso garantir que vai ser aprovada porque vamos discutir e temos opiniões diversas, mas a possibilidade, pelo que senti conversando com senadores, é muito grande. Quando a gente fala em PEC paralela significa que vamos votar o que passou na Câmara, que é o coração do projeto, e que acho que vamos aprovar com uma rapidez muito grande, até setembro. Ao mesmo tempo, recolocaremos na pauta estados e municípios, sem os quais achamos que a reforma ficaria incompleta. Se aprovarmos no Senado essa parte, o clima vai ser diferente quando voltar à Câmara, porque o coração do texto estará aprovado. A chance de os deputados se mostrarem favoráveis cresce muito.

A votação em segundo turno na Câmara em agosto pode atrasar o trabalho no Senado? Decerta forma, sim. Eu imaginava que já na primeira emana de agosto estaríamos trabalhando o texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Mas o que ficou acordado é que a votação ocorrerá na primeira semana de agosto. Então, se tudo correr bem, teremos apenas uma semana de atraso. Pra nós, o prazo de setembro continua valendo.

Apesar do protagonismo do Legislativo, se a economia der sinais de retomada em razão do avanço de reformas como a da Previdência, a população atribuirá isso ao presidente?

É provável que isso aconteça. Mas temos de olhar o seguinte: tivemos um início de governo em que a relação do Executivo com o Congresso foi horrorosa, para não dizer inexistente. E começou a nascer uma preocupação em relação ao futuro do país, considerando que algumas declarações foram preocupantes quanto à estabilidade política e outras demonstraram falta de apreço pelo Congresso. Acho que, numa reação espontânea e não articulada (do

Legislativo), houve a necessidade de dar um rumo ao país. Ao mesmo tempo, houve a consciência de que não caberia nenhuma interrupção do governo Bolsonaro o, que foi eleito, e que, apesar de todo aquele ambiente e aquelas suspeitas, ele tinha de ir até o fim e nós teríamos a responsabilidade de dar estabilidade ao país. Quais seriam essas suspeitas? Suspeitas em relação ao fundamento democrático do governo Bolsonaro, que sempre passou a percepção de que queria jogar a população contra o Congresso. Esse tipo de relacionamento era inédito. Todos os presidentes pós-redemocratização tinham um empenho grande em ter bom relacionamento com o Congresso. Hoje, é o contrário. Então, a grande motivação que tivemos foi dar rumo ao país e passar à população o sentimento de que as coisas estavam andando, que o Congresso faria o trabalho. Se fosse depender da ação do Executivo, não aconteceria. A população começa a perceber que as coisas estão acontecendo no Brasil graças ao Congresso.

Estabeleceu-se um modelo em que o presidente se dedica à pauta de costumes e o Congresso à econômica?

Diria que estabelecemos uma espécie de semi parlamentarismo, porque o Congresso está liderando as pautas. Agora, seria injusto dizer que a equipe econômica não tem rumo. Ela é ótima em planejar e diagnosticar, mas muito ruim em executar. Se deixarmos a liderança, as coisas não acontecem. Acho que esse protagonismo tem feito muito bem a o Congresso, tem ajudado a recuperar a auto estima que estava adormecida e traz a sensação de que estamos fazendo as coisas acontecerem.

A integração da equipe econômica com o Legislativo pela reforma foi satisfatória?

O ministro Paulo Guedes é um homem inteligente, bem formado, sabe o que quer, mas não sabe executar. Nem tem experiência na coisa pública. Apesar de seu relacionamento pessoal com alguns senadores e deputados, em alguns momentos a relação com o Congresso é desastrosa. Como, por exemplo, as declarações (criticando alterações no projeto original) que deu quando o texto passou na Comissão Especial da Câmara, em vez de entender que foi um milagre passar uma reforma que se tenta há 30 anos. Ele não tem essa vivência de como funciona a democracia. Vai ter derrotas na Justiça, já teve muitas aqui (no Congresso) e vai ter mais. Nem tudo vai sair exatamente como ele quer.

O mercado espera que a reforma mude a curva de expectativas na economia. O senhor concorda?

Sim, num primeiro momento. No curto prazo, muito pouco na vida real vai mudar. Para quem está desempregado, as coisas continuarão ruins por um tempo. Mas alguns sintomas de reversão de expectativas vão aparecer, como os juros, que devem começar a cair. O meu receio é que esse período de reversão dure pouco em função de novos problemas que possam aparecer nesse desarranjo governamental. Problemas de ordem política, decisões voluntárias personalistas, brigas internas, contradições. Resultados econômicos mais concretos só depois de outras medidas implementadas mais no médio prazo que no curto. Temos o custo Brasil, e um problema enorme, que é melhorar a produtividade. Sem isso, não se pode crescer.

O que cabe ao Congresso fazer para acelerar a melhora do ambiente de negócios?

O Davi (Alcolumbre, presidente do Senado) e o Rodrigo (Maia, presidente da Câmara) devem anunciar, no início de agosto, uma série de medidas, que chamamos de “reforma microeconômica”, e que deverá facilitar a vida de quem quer gerar emprego e empreender. Quando eu presidia a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, fizemos audiências públicas levantando penduricalhos e complicadores inteiramente desnecessários. Agora, estamos retomando essas medidas.

POUCO ESPAÇO PARA REFORMA MAIS DESIDRATADA

ECONOMISTAS ALERTAM PARA GANHO MENOR

A REFORMA EM TRÊS TEMPOS

Especialistas estimam valores diferentes dos previstos pelo governo para o impacto fiscal do projeto que muda a Previdência (em R\$ bilhão)

TEXTO ORIGINAL

Estimativa oficial

Estimativa de Paulo Tafner

Estimativa da Instituição Fiscal Independente

1.200

1.060

995

TEXTO-BASE APROVADO NA CÂMARA

Principais mudanças: exclusão de estados e municípios; novas regras de transição para servidores e trabalhadores do INSS; alterações no BPC e aposentadoria rural foram excluídas

954,9*

960

744*

*incluindo a receita com o aumento de 15% para 20% da CSLL

TEXTO FINAL APROVADO NA CÂMARA COM DESTAQUES

Principais mudanças: tempo mínimo de contribuição voltou a ser de 15 anos; regras mais brandas para professores e policiais federais; alterações na pensão por morte

Cerca de 900

820 a 860

Ainda não foi calculado

Fonte: Governo Federal, Paulo Tafner e IFI

Editoria de Arte

Após a aprovação da reforma da Previdência em primeiro turno na Câmara, o governo anunciou que o texto asseguraria uma economia de cerca de R\$ 900 bilhões em dez anos, abaixo da previsão original. Economistas avaliam que o ganho fiscal será ainda menor, por isso, haverá pouco espaço no Senado para uma nova desidratação. A reinclusão de estados e municípios ao projeto é principal dúvida, dizem. O provável relator do projeto na

Casa, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), disse ao GLOBO que a chance é grande. A estimativa oficial leva em conta os destaques (propostas feitas pelos deputados) aprovados na última sexta-feira na Câmara. Projeções mais otimistas, com o moado economista Paulo Tafner, apontam para uma economia de R\$ 820 bilhões a R\$ 860 bilhões. Entre as mais pessimistas está o ade Felipe Salto, da Instituição Fiscal Independente (IFI), que previa uma economia de R\$ 744 bilhões com o texto base (sem as mudanças feitas pelos deputados). Ele vai rever o número para baixo nesta semana, para dimensionar a perda com as alterações feitas por meio de destaques.

PRIVILÉGIOS MANTIDOS

Antes de seguir para o Senado, ainda é possível que haja mudanças no texto na votação em segundo turno na Câmara. Ela deve ocorrer em agosto. — Acho que não desidrata mais do que já foi. Sempre fica a perspectiva de alterar alguma coisa quando vai de uma Casa para outra, e normalmente os efeitos são sempre de desidratar, por se tratar de uma reforma pouco simpática, mas tenho minhas dúvidas se será alguma alteração expressiva — diz Rau IV el loso, especialista em contas públicas. Desde o princípio, os economistas tinham previsões mais conservadoras que o governo. Quando o projeto original foi encaminhado à Câmara, em fevereiro, a estimativa de Tafner, um dos maiores especialistas em Previdência, era de economia de R\$ 1,060 trilhão em dez anos, abaixo do R\$ 1,2 trilhão com que trabalhava a equipe econômica. Após mudanças feitas pelo relator Samuel Moreira (PSDB-SP), a previsão do economista já havia caído para R\$ 960 bilhões, reduzida ainda mais com as alterações feitas pelos deputados. Segundo ele, entre os pontos que mais pesaram para a redução do impacto da reforma está o anovar e grade transição criada pelo relator, que estabelece um pedágio de 100% sobre o tempo que falta para se aposentar, com idade mínima de 60 anos para os homens e 57 para as mulheres.

Essa transição garante a integralidade (aposentadoria igual ao último salário) e a paridade (mesmos reajustes da ativa) para os servidores pré-2003. No caso dos trabalhadores do INSS, a regra pode assegurar um caminho mais rápido para se receber o teto do benefício a quem já está no mercado de trabalho, dependendo da idade do contribuinte. O impacto dessa regra, pelos cálculos de Tafner, seria de cerca de R\$ 70 bilhões. Para ele, a reforma falha em combater privilégios: — Reduz muito, mas não acaba. Integralidade, por exemplo, é um privilégio, isso não existe no restante do mundo. A mesma coisa, o tratamento diferente para policiais e professores. A redução da idade mínima de professores e policiais federais, assim como a manutenção do tempo de contribuição na aposentadoria por idade em 15 anos (no texto original seriam 20 anos) são outros pontos que reduziram o impacto fiscal da reforma, diz o economista. Essas mudanças foram incorporadas ao texto por meio de destaques. Tafner ponderou que o governo tem acesso a uma base de dados mais completa, e que quando se trabalha com um período longo, como dez anos, essas diferenças entre as projeções, que parecem grandes, não ficam tão significativas. Para ele, mesmo desidratado, o texto aprovado é motivo de comemoração: — Há dois anos a proposta de reforma da Previdência do Temer ficou em R\$ 400 bilhões em dez anos, e não foi aprovada. Então essa é uma vitória importante. As regras de transição mais brandas para servidores e trabalhadores do INSS também impactaram o cálculo feito pela IFI. O economista Felipe Salto salienta ainda as perdas com a retirada

do texto das mudanças para aposentadoria rural (R\$ 50 bilhões) e para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e deficientes de baixa renda (28,7 bilhões). O economista Nelson Marconi, responsável pelo programa de governo de Ciro Gomes na campanha de 2018, também critica a manutenção da integralidade e da paridade para servidores que ingressaram até 2003, além da possibilidade de acumular duas aposentadorias. A reforma limita o acúmulo de benefícios, como aposentadorias e pensões, mas permite o recebimento de uma aposentadoria do regime de servidor, com outra do regime do INSS, por exemplo.

— Quem tem acúmulo de aposentadorias normalmente são pessoas que têm um nível de renda muito alto, como um juiz que também dá aulas em universidades, por exemplo. Essa pessoa vai alegar que contribuiu sobre os dois empregos, e até aí tudo bem. O problema é que essa contribuição não é suficiente para pagar esse tipo de aposentadoria — explica.

Fábio Zambitte, professor de Direito Previdenciário do Ibmecc RJ, também acredita que a reforma não combate privilégios porque essa é uma questão estrutural do país, e não apenas previdenciária. — O Brasil é uma sociedade desigual, e a aposentadoria é mais uma consequência do que a causa dessa desigualdade. É preciso haver outras reformas, como a tributária —avalia.

CLIMA FAVORÁVEL

A exclusão dos estados e municípios da reforma também foi criticada pelos economistas. E, apesar de haver a expectativa de essa questão ser retomada no Senado, há uma preocupação dos especialistas com relação às pressões para que as mudanças não atinjam os servidores estaduais e municipais.

Para Raul Velloso, os problemas que impediram a inclusão dos entes federativos na reforma vão continuar presentes no Senado. Além disso, caso o texto seja aprovado com mudanças, ainda terá que voltar pra Câmara, onde as alterações podem ser vetadas. —Reformas de Previdência são sempre etapas de um processo permanente, não se impede que mais adiante se façam outras. No que diz respeito ao INSS essa reforma foi a que tocou em mais pontos, mas deixou a desejar em relação aos estados e municípios —disse Velloso.

Para Zambitte, a inclusão dos entes no Senado irá depender da articulação do governo em favor da reforma, assim como da condução do assunto por parte do presidente da Casa, o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP). —Na Câmara, o presidente Rodrigo Maia teve papel fundamental. No senado, vai depender de como o presidente vai conduzir. O clima geral é favorável. A maioria dos estados está quebrada, e aí alguma adequação seria importante.

Acho que não desidrata mais do que já foi. Sempre fica a perspectiva de alterar algo quando vai de uma Casa para outra.

Raul Velloso, especialista em contas públicas

A REFORMA AVANÇA OS PRINCIPAIS PONTOS APROVADOS

A REFORMA EM TRÊS TEMPOS

Especialistas estimam valores diferentes dos previstos pelo governo para o impacto fiscal do projeto que muda a Previdência (em R\$ bilhão)

TEXTO ORIGINAL

Estimativa oficial

1.200

Estimativa de Paulo Tafner

1.060

Estimativa da Instituição Fiscal Independente

995

TEXTO-BASE APROVADO NA CÂMARA

Principais mudanças: exclusão de estados e municípios; novas regras de transição para servidores e trabalhadores do INSS; alterações no BPC e aposentadoria rural foram excluídas

954,9*

960

744*

*incluindo a receita com o aumento de 15% para 20% da CSLL

TEXTO FINAL APROVADO NA CÂMARA COM DESTAQUES

Principais mudanças: tempo mínimo de contribuição voltou a ser de 15 anos; regras mais brandas para professores e policiais federais; alterações na pensão por morte

Cerca de 900

820 a 860

Ainda não foi calculado

Confira as principais mudanças nas regras para a aposentadoria aprovadas até agora na Câmara. Para entrar em vigor, a proposta precisa passar pela votação em segundo turno na Casa, seguir para o Senado e ser sancionada pelo presidente da República.

APOSENTADORIA POR IDADE No serviço público

Como é hoje: Funcionários públicos não podem se aposentar antes dos 60 (homem) e 55 anos (mulher).

Como fica: Servidores terão idade mínima de 65 (homem) e 62 anos (mulher), igual à dos trabalhadores do INSS. O texto, porém, deixou fora da reforma servidores estaduais e municipais.

APOSENTADORIA POR IDADE No setor privado (INSS)

Como é hoje: Homens podem se aposentar com 65 anos e mulheres, com 60, desde que tenham contribuído por, pelo menos, 15 anos.

Como fica: Destaques mantiveram a exigência mínima de 15 anos de contribuição para ambos os sexos, mas a reforma introduzida de mínima de 62 anos para mulheres e mantém 65 para homens. A regra de transição prevê uma “escadinha” para elas: a idade mínima sobe seis meses a cada ano, até chegar aos 62 em 2023.

APOSENTADORIA POR IDADE No campo

Como é hoje: Podem se aposentar aos 55 anos (mulheres) e 60 anos (homens). Eles não são obrigados a contribuir para a Previdência, mas precisam comprovar pelo menos 15 anos de atividade no campo.

Como fica: O relator manteve as regras vigentes.

CONTRIBUIÇÃO Alíquotas previdenciárias

Como é hoje: As alíquotas do INSS variam de 8% a 11%. Entre os servidores federais, quem ingressou até 2013 e não aderiu ao fundo complementar (Funpresp) recolhe 11% sobre o salário. Já quem entrou depois de 2013 ou aderiu ao novo fundo recolhe também 11%, mas pelo teto do INSS.

Como fica: As alíquotas serão de 7,5% a 14% para o INSS Sede até 22% para servidores. E passarão a ser progressivas, variando por faixa de renda, como já é feito no Imposto de Renda.

CÁLCULO DA APOSENTADORIA Valor do benefício

Como é hoje: O valor do benefício é calculado com base na média dos 80% maiores salários de contribuição.

Como fica: O valor do benefício será calculado com base na média de todo o histórico contributivo do trabalhador. Com 15 anos de contribuição, a mulher tem direito a 60% do valor do benefício. Quem ficar mais tempo na ativa ganhará acréscimo de 2 pontos percentuais a cada ano, até o limite de 100%. No caso do homem, essa escadinha só começa a partir dos 20 anos. Para receber o benefício integral, será preciso contribuir por 40 anos. Mesmo para quem contribuir por menos tempo, estará preservado o direito a receber pelo menos um salário mínimo de aposentadoria. O reajuste continua sendo feito pela inflação.

REGRAS DE TRANSIÇÃO No setor privado (INSS)

Sistema de pontos: É uma regra similar ao atual sistema 86/96. O trabalhador soma idade e tempo de contribuição e precisa ter contribuído por 30 (mulheres) e 35 anos (homens). Em 2019, pode se aposentar aos 86 pontos (mulheres) e 96 pontos (homens). A tabela sobe um ponto a cada ano, até chegar aos 100 pontos (mulheres) e 105 (homens).

Idade mínima com tempo de contribuição: Quem optar pelo modelo terá de cumprir idade mínima seguindo uma tabela de transição. E precisará ter contribuído para o INSS por, no mínimo, 30 anos (mulheres) e 35 anos (homens). A transição para as novas idades mínimas vai durar 12 anos para as mulheres e oito anos para os homens. Ou seja, em 2027, valerá para todos os homens a idade mínima de 65 anos. E, em 2031, valerá para todas as mulheres a idade mínima de 62 anos. A reforma prevê que a idade mínima começará aos 61 anos para os homens e 56 anos para as mulheres. E sobe seis meses por ano, até atingir 65 e 62, respectivamente. Pedágio: Quem está perto de se aposentar, faltando dois anos pelas regras atuais, terá a opção de “pagar um pedágio” de 50%. Funciona assim: se, pelas regras atuais, faltar um ano para o trabalhador se aposentar, ele terá de trabalhar um ano e meio (ou seja, 1 ano + 50% do “pedágio”). Se faltarem dois anos, terá de ficar no mercado por mais três anos.

Ainda assim, é aplicado o fator previdenciário, que reduz o valor do benefício para quem se aposenta ainda jovem.

Nova regra: Anova modalidade inserida pelo relator do projeto na Câmara combina um pedágio de 100% sobre o tempo que falta de contribuição— 35 anos (homem) e 30 anos (mulher)— com a exigência de idade mínima de 57 anos (mulher) e 60 anos (homem) na data da aposentadoria. O valor do benefício será calculado com base na média de todo o histórico contributivo do trabalhador. Com 20 anos de contribuição, a pessoa terá 60% do benefício. Quem ficar mais tempo na ativa terá 2 pontos percentuais a cada ano, até 100%. Para receber o benefício integral, será preciso contribuir por 40 anos.

REGRAS DE TRANSIÇÃO No serviço público

Sistema de pontos: É uma regra similar ao atual sistema 86/96. O trabalhador terá de somar idade e tempo de contribuição e precisa ter contribuído por 30 anos (mulheres) e 35 anos (homens). Em 2019, pode se aposentar aos 86 pontos (mulheres) e 96 pontos (homens). A tabela sobe um ponto a cada ano, até chegar aos 100 para mulheres e 105 para homens. Neste caso, o servidor precisa ter tanto o tempo de contribuição quanto a idade mínima para se aposentar. É exigida também a comprovação de 20 anos de serviço público e de cinco anos de tempo mínimo no cargo.

Nova regra do relator: Anova modalidade combina um pedágio de 100% sobre o tempo que falta de contribuição — 35 anos (homem) e 30 anos (mulher) — com a exigência de uma idade mínima de 57 anos (mulher) e 60 anos (homem) na data da aposentadoria. É exigida também a comprovação de 20 anos de serviço público e de cinco anos de tempo mínimo no cargo. Cumprindo isso, os servidores terão direito a paridade (benefícios reajustados pelo mesmo percentual do que os funcionários da ativa) e também a integralidade (último salário da carreira).

PENSÕES Benefício por morte

Como é hoje: O valor da pensão é integral.

Como fica: O valor da pensão para o viúvo ou viúva cairá para 60% do benefício do titular, mais 10% por dependente. As cotas são extintas quando os dependentes perdem essa condição.

ACÚMULO DE BENEFÍCIOS Opção pelo maior

Como é hoje: Pensão e aposentadoria podem ser acumulados integralmente.

Como fica: O segurado ficará com o benefício de maior valor, mais uma parcela do de menor valor, obedecendo a uma escadinha: 80% se o valor for igual a um salário mínimo; 60% do valor que exceder o mínimo, até o limite de dois; 40% do valor que exceder de dois a três mínimos; 20% do que exceder de três a quatro mínimos; e 10% do valor que exceder quatro salários mínimos. Acima disso, não recebe qualquer porcentagem. Algumas categorias, como médicos e professores, que têm acumulações previstas em lei, não serão atingidas. No entanto, a acumulação de cada benefício adicional será limitada a dois salários mínimos.

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ Benefício por saúde

Como é hoje: A pessoa impedida de trabalhar por problema de saúde se aposenta com benefício integral.

Como fica: O novo benefício vai variar de acordo com a origem do problema que levou ao afastamento irreversível do mercado de trabalho. Se for acidente de trabalho, doença profissional ou doença do trabalho, continua recebendo o valor integral. Nos demais casos, só receberá 60% do valor que tem direito, quem tem mais de 20 anos de contribuição recebe 2 pontos percentuais a mais por ano que exceda essas duas décadas. A regra não vale para quem só tem direito a um salário mínimo. Nesse caso, não há desconto.

BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS Para idosos e deficientes

Não foram modificadas as regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda que não contribuíram para a Previdência. O auxílio, de um salário mínimo, é concedido aos 65 anos para homens e mulheres cuja renda mensal de cada integrante da família não ultrapasse 1/4 do piso salarial nacional. O patrimônio familiar não pode ultrapassar R\$ 98 mil.

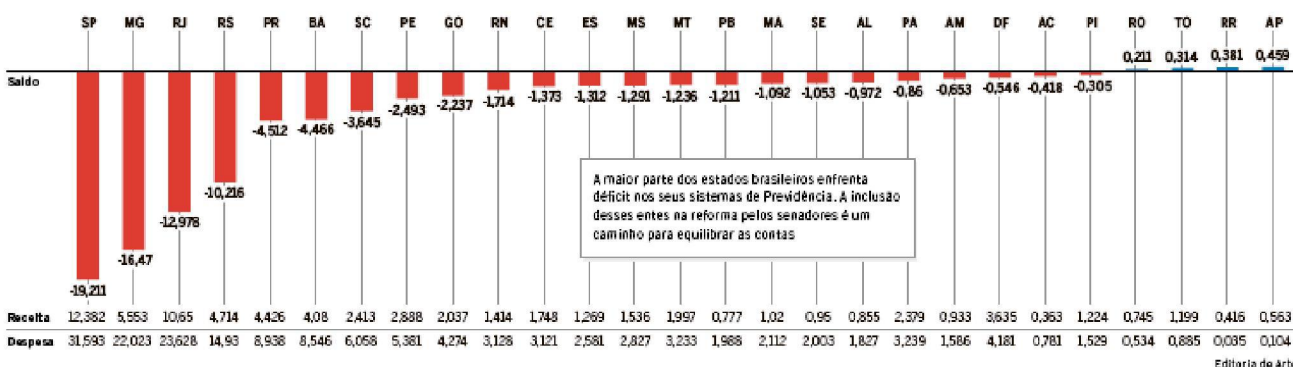
O FUTURO DA PREVIDÊNCIA

PRESSÃO SOBRE O SENADO

Estados já articulam volta à reforma na Casa e buscam receitas extras para cobrir rombo

DESEQUILÍBRIO NO SISTEMA DE APOSENTADORIAS

Situação dos regime previdenciários estaduais (em R\$ bilhões)



Fora da reforma da Previdência aprovada na Câmara, governadores se articulam para obter apoio de senadores à proposta de reinclusão de estados e municípios no projeto. Em paralelo, pressionam o Congresso para aprovar medidas que garantam receitas extras, como a repartição dos recursos do pré-sal. Para analistas, porém, contar só com dinheiro novo não resolve o buraco nas contas estaduais. Proposta do tucano Tasso Jereissati de um projeto exclusivo para mudanças nas previdências estaduais e municipais ganha força no Congresso. Fora da reforma da Previdência aprovada na Câmara, restam poucos caminhos a estados e municípios para reequilibrar suas contas. Governadores já se articulam para convencer parlamentares a reincluí-los no texto da reforma no Senado. Paralelamente, pretendem intensificar o lobby no Congresso para aprovar projetos de lei que lhes garantam receitas extras e já admitem até encaminhar propostas às assembleias estaduais para alterar os sistemas de aposentadorias regionais.

Para analistas, contar só com dinheiro novo não resolve o buraco nas contas. Reformas nos regimes previdenciários estaduais também são de difícil aprovação. Por isso, avaliam, a pressão para que os entes voltem à reforma quando esta for analisada no Senado, no segundo semestre, deve crescer.

Romeu Zema (Novo), governador de Minas Gerais, já conversou sobre o retorno dos entes ao texto da reforma com os três senadores de Minas: Antonio Anastasia (PSDB), Carlos Viana (PSD) e Rodrigo Pacheco (DEM).

— Estive com os três. Todos estão otimistas—disse o governador, em entrevista coletiva, na semana passada.—Este ano, em Minas, teremos um déficit na Previdência de R\$ 18 bilhões. No meu mandato, esse número será de R\$ 78 bilhões. É insustentável.

Além da inclusão dos estados na reforma, ele também defende a busca de receitas extras, como a Lei Kandir, que gerou perdas para os estados por causa de desonerações sobre o ICMS.

Na avaliação do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), receitas extras podem ser uma saída, se os estados ficarem mesmo fora da reforma. Mas ele está disposto a insistir no retorno dos entes ao texto. Na última terça-feira, Leite estava na Câmara, buscando mantê-los no projeto. Ele tem esperança de garantir o apoio de senadores.

Ainda assim, o governador gaúcho disse que pretende encaminhar reformas próprias no segundo semestre:

— Está previsto encaminhar alterações em estruturas de carreiras, que impactam a Previdência. O Rio Grande do Sul é o estado com maior déficit per capita previdenciário.

A defesa da busca por novas receitas é feita principalmente por governadores do Nordeste, liderados por Wellington Dias (PT), do Piauí. Mas Dias defende a inclusão dos estados na reforma, apesar de seu partido ser contra:

— O próximo presidente vai tratar de novo de reforma da Previdência. Porque não se está tratando do principal ponto, que é uma alternativa para cobrir o déficit da Previdência.

A principal esperança do governador são os recursos do pré-sal. A regulamentação dessa divisão com os estados deve ser feita por uma proposta de emenda à Constituição (PEC), que está em análise no Senado. A expectativa dos estados é ficar com ao menos 15% de um mega leilão de petróleo previsto para o fim do ano. Isso daria R\$ 10 bilhões. Há ainda a esperança de que a União pague, com a parte que lhe couber do leilão, R\$ 4 bilhões referentes a compensações da Lei Kandir.

SP BUSCA INTERLOCUÇÃO

Outra esperança de novas fontes de receita é a regulamentação da securitização da dívida ativa. Na prática, a operação consiste na venda ao mercado financeiro do direito de receber débitos cobrados pelos estados. No projeto de lei, aprovado pela Câmara e em análise no Senado, há a previsão de que “pelo menos 50%” do dinheiro devem ser destinado aos regimes previdenciários. O restante iria para investimentos.

Para especialistas, no entanto, a receita extra não resolve o problema. Para o economista Raul Velloso, estudioso de contas públicas, a situação dos entes federativos ainda não está clara:

— Estamos chegando a uma encruzilhada. (Estados endividados) vão recorrer ao Supremo, pedir para suspender o pagamento da dívida, como alguns já fizeram. Nessas horas, é recorrer à Justiça — afirma.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), avalia ser possível que estados e municípios voltem ao texto da reforma no Senado. Caso nem isso seja possível, não descarta a possibilidade de que seu estado encaminhe uma reforma própria à assembleia. Sobre as receitas extras, ele afirma que a pauta já era prioridade do Congresso e que deve avançar no segundo semestre. Mas pondera que são soluções paliativas:

— (O dinheiro extra) é para amenizar o déficit para trás — afirma Caiado.

Com um rombo de R\$ 23 bilhões previsto para 2019 nas contas da Previdência, o governador de São Paulo, João Doria, pretende manter a articulação para que estados e municípios sejam reintegrados à reforma no Senado.

Caso isso não aconteça, o tucano já declarou que pretende encaminhar à assembleia paulista uma reforma previdenciária estadual nos moldes da municipal. A prefeitura paulista elevou a alíquota previdenciária de 11% para 14% este ano, como já fizeram outros estados, incluindo o Rio.

— Continua sendo necessária uma reforma estadual, se não vier do Senado. São Paulo está preparado para isso — disse Doria, na última sexta-feira, acrescentando que já começou a se reunir com líderes da base do governo na assembleia para medir a receptividade à proposta.

— Temos maioria tranquila para fazer essa aprovação. Se tivermos que fazer (a reforma), a faremos e aprovaremos.

RIO: FOCO EM PENSIONISTAS

Assessores do secretário da Fazenda de São Paulo, Henrique Meirelles, afirmam que uma eventual proposta de reforma estadual ainda não foi definida.

Em paralelo, Doria também tem defendido a aprovação dos projetos de securitização das dívidas ativas estaduais e da repartição dos recursos do pré-sal com estados, reivindicações do Fórum de Governadores, do qual Doria tem sido um dos principais líderes.

Antecipar recebíveis é uma prática consolidada no governo paulista. Este ano, a previsão é levantar cerca de R\$ 1 bilhão com a securitização de recursos de royalties de petróleo e gás no estado.

Se o Senado aprovar o projeto que estende essa possibilidade para a dívida ativa, o vice-governador e secretário de Governo de São Paulo, Rodrigo Garcia, diz que o governo paulista vai incorporá-la em seu planejamento:

— Se esse projeto for aprovado, vamos ampliar as securitizações de São Paulo.

Na avaliação do economista André Luiz Marques, do Insper, a reforma tributária também pode ser uma oportunidade para que estados e municípios busquem mais recursos. A proposta em análise no Congresso prevê a substituição de cinco impostos, inclusive o ICMS, estadual, por apenas um tributo.

—Pode ser que seja rediscutida a questão de partilha para estados e municípios. Governos vão tentar brigar por uma fatia maior — diz Marques.

No Rio, o governador Wilson Witzel também defende a reinclusão dos estados na reforma. Enquanto isso não acontece, está em estudo a migração de pensionistas do fundo financeiro para o previdenciário, para aliviar as contas.

— Provavelmente até o fim do mês o sistema estará pronto —diz o presidente do Rio previdência, Sérgio Aureliano. (Colaboraram Flávio Freire e Camilla Pontes)